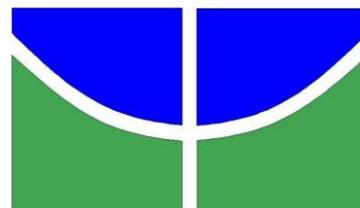


Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade –
FACE
Departamento de Economia



MESTRADO EM GESTÃO ECONÔMICA DE FINANÇAS PÚBLICAS

Economias de Aglomeração, Tamanho de Cidades e Qualidade da Universidade

GILVAM JOAQUIM COSMO

BRASÍLIA-DF

2013

GILVAM JOAQUIM COSMO

Economias de Aglomeração, Tamanho de Cidades e Qualidade da Universidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, Gestão Econômica de Finanças Públicas, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE, Departamento de Economia, Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira

BRASÍLIA – DF

2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1010397.

C834e Cosmo, Gilvam Joaquim.
Economias de aglomeração, tamanho de cidades e qualidade
da universidade / Gilvam Joaquim Cosmo. -- 2013.
97 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade,
Departamento de Economia, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Jorge Madeira Nogueira.

1. Universidades e faculdades - Aspectos econômicos.
2. Universidades e faculdades - Qualidade. 3. Economia
regional. 4. Ensino superior - Aspectos econômicos.
I. Nogueira, Jorge Madeira. II. Título.

CDU 378.4:338.1

GILVAM JOAQUIM COSMO

Economias de Aglomeração, Tamanho de Cidades
e Qualidade da Universidade

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira (Orientador)

Prof. Dr. Waldecy Rodrigues (Examinador Externo)

Profa. Dra. Denise Imbroisi (Examinadora Interna)

BRASÍLIA – DF

2013

A meus pais, sempre presentes em mim.

Agradecimentos

Deus, obrigado por ter permitido a materialização desses pensamentos e a consecução dos meus objetivos.

Algumas pessoas tiveram participação direta para a elaboração deste trabalho, sendo essenciais em momentos de estímulo, motivação, ajuda, enfim, instantes de muita importância. Outras foram indispensáveis, mesmo tendo ajudado indiretamente. Cito, a seguir, algumas com participações mais atuantes.

Aos meus filhos, Alan, Beth e Gabriel, pessoas com quem aprendo sempre mais do que ensino e que tornam minhas conquistas e atividades diárias mais simples e prazerosas.

À Suzi, companheira de horas boas e ruins, por compreender a necessidade e a importância de algumas coisas para mim.

À Geneide, pelas conversas sobre este trabalho e pela nossa amizade de sempre.

À família Cosmo – que me ampara e apoia – e à família Marques – sempre junto a mim.

Manifesto minha gratidão ao Professor Doutor Jorge Madeira Nogueira – por quem cultivo grande admiração –, não somente por ter aceitado participar de minha formação acadêmica na condição de orientador mesmo diante de suas inúmeras tarefas, mas por se tornar um amigo que é exemplo a ser seguido pelos docentes, instigando os alunos mediante o seu espírito provocador, motivador e inquieto, essencial ao ambiente acadêmico.

Os estudos de Matemática durante o curso foram bastante proveitosos, mas não teriam o êxito necessário sem os esforços e a dedicação em me ajudar dos Professores Doutores Ricardo Araujo e Noraí Rocco, bem como com os amigos Márcio Silva e Fernanda Marciniuk.

Aos Professores do curso de Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas da Universidade de Brasília – Departamento de Economia, pela dedicação e empenho ao ensinar e promover o aprendizado das disciplinas que fizeram parte do curso e que muito auxiliaram no momento de elaboração deste trabalho. Em especial ao Professor Doutor Pedro Zuchi, pelo encorajamento para prosseguir.

Aos colegas da SOC/UnB, sempre atuantes em meu cotidiano de trabalho, pela paciência que têm comigo e pelo apoio direto. Cito especialmente a atenção fundamental de Ionete, a valiosa contribuição de Tiago Aguiar e a presença de Antonino, Avaneide, Rodrigo Lima e Fabiano.

Agradeço à amizade dos meus colegas de disciplina do Mestrado, pois partilhamos um convívio saudável e de constante desenvolvimento e aprendizado mútuo recheado de respeito, estímulo, confiança e companheirismo. Cito, com orgulho, alguns companheiros de caminhada mais próximos: Gilmar, Sandra, Ionete, Marcos, Nilzith, Cleison, Katia, Heverson, Edna e Cláudia.

Ao Felipe Dias, aos irmãos Érico e Rodrigo Mello, à Sandra Carvalho, à Fabiane, à Cecília, ao Halley e à Luiza; à Nílvia, à Marilene e ao Josimar; aos demais amigos meus sinceros agradecimentos por terem sido grandes incentivadores.

Ao precioso estímulo de Noeli Osterkamp, que, com seu entusiástico apoio, sempre acompanhou todas as etapas de elaboração do trabalho.

Aos servidores do Mestrado de Gestão Econômica de Finanças Públicas – Departamento de Economia da Universidade de Brasília pela cordialidade e presteza no atendimento durante todo o período de realização do curso.

O homem, assim como está reconstruindo o ambiente material em que vive, quer também reconstruir o ambiente social e moral, à luz dos mesmos processos de julgamento e de experiência: o seu benefício na terra onde vive.

Anísio Teixeira

Resumo

Universidade e seu contexto regional motivam o presente estudo, que tem como objetivo geral traçar um panorama das relações existentes entre as universidades federais brasileiras e as regiões onde elas estão estabelecidas ou são estabelecidas. Partindo do princípio de que os processos inovativos das empresas requerem conhecimentos mais complexos que partem de universidades, podemos iniciar nossa investigação empírica com a hipótese de que a concentração espacial e, conseqüentemente, o tamanho das cidades *podem* aumentar à medida que as instituições propiciam melhores níveis de distribuição de renda, capital humano, alocação de recursos, poder político. O estudo propõe realizar correlações utilizando uma variável que muito preocupa as instituições de ensino superior e que é produto de olhares externos a elas: a qualidade. As correlações foram realizadas sob três perspectivas – populacional, econômica e por rede de influência. Para as duas primeiras foi utilizado o coeficiente de correlação de postos de Spearman. Como resultado principal, há indícios de que em cidades mais ricas – em população e em economia – localizam-se as universidades de melhor qualidade. Assim, há uma clara correlação entre universidade e as características regionais de sua localização. Não obstante, a experiência brasileira parece sugerir que a universidade está na região, muito mais do que ela é componente do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: universidade; qualidade da atividade universitária; impacto da universidade, economia do ensino; economia regional.

Abstract

The University and its regional context motivate this study. Our aim is to map out a general overview of the relationship between Brazilian federal (public) universities and regions where they are established. Innovative business processes require more complex knowledge generated in universities. Therefore, our research has as its working hypothesis that regional spatial concentration and, consequently, the size of cities will increase as these institutions provide higher levels of human capital and new knowledge. In this context, we have established correlations between the quality of different higher education institutions and demographic, social and economics characteristics of their regions. For this purpose, we have applied the Spearman's rank correlation coefficient. As results, there are evidences that the biggest (population and size) and richest (economically) cities are located the best quality universities. Our main conclusion, the higher the quality of Brazilian universities, more intense will be its effect upon the geographical space where they are located.

Keywords: University; quality of University activities; economics of teaching; regional economy.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	9
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE FIGURAS.....	12
ANEXOS.....	13
1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	15
2. ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO, DE DESAGLOMERAÇÃO E O	18
2.1 POR QUE AS CIDADES EXISTEM?.....	18
2.2 PRINCIPAIS TEORIAS EM ECONOMIA REGIONAL.....	24
2.3 A DINÂMICA DOS LUGARES	29
3. A UNIVERSIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	31
3.1 ONDE A UNIVERSIDADE É NECESSÁRIA?	31
3.2 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.....	36
4. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	42
4.1 OS DADOS E AS SUAS FONTES.....	42
4.2 CORRELAÇÕES BUSCADAS.....	43
4.3 TESTANDO POSSÍVEIS CORRELAÇÕES	43
5. QUALIDADE DA UNIVERSIDADE E TAMANHO DAS CIDADES: CORRELAÇÕES EXISTENTES	44
5.1 QUALIDADE POR REDES DE INFLUÊNCIA E CIDADES.....	45
5.2 QUALIDADE E POPULAÇÃO	46
5.3 QUALIDADE E PIB	46
5.4 AS ESPECIFICIDADES DA UNB	47
5.5 CORRELAÇÕES EXISTENTES.....	48
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXOS	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Revoluções urbanas.....	22
Quadro 2 – Teorias clássicas de localização.....	25
Quadro 3 – Teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração.....	25
Quadro 4 – Produção recente em Economia Regional.....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição temporal de criação e de federalização das universidades federais brasileiras.....	41
Tabela 2 – <i>Ranking</i> RUF (adaptado) de universidades em RM das capitais e fora das RM.....	49
Tabela 3 – <i>Rankings</i> de universidades em RM e em Capitais regionais.....	50
Tabela 4 – <i>Rankings</i> de universidades fora de RM.....	53
Tabela 5 – <i>Rankings</i> das metrópoles.....	54
Tabela 6 – <i>Ranking</i> adaptado isolados do <i>ranking</i> original Qualidade de ensino (máximo de 20) e Qualidade de pesquisa (máximo de 55).....	55
Tabela 7 – Séries x Redes de influência.....	57
Tabela 8 – Participação das doze metrópoles no PIB nacional (%) – 1999/2009.....	58
Tabela 9 – RUF adaptado segundo o município da universidade.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hélice tripla I.....	33
Figura 2 – Hélice tripla II.....	34
Figura 3 – Hélice tripla III.....	34

ANEXOS

TABELA 1378 (IBGE)	68
TABELA 21 PIB (IBGE)	73
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DE SÃO PAULO.....	78
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO RIO DE JANEIRO	79
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – DISTRITO FEDERAL.....	79
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO AMAZONAS.....	80
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO PARÁ.....	80
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO CEARÁ	81
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DE PERNAMBUCO.....	81
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DA BAHIA	82
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DE MINAS GERAIS	82
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO PARANÁ.....	83
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DE GOIÁS.....	83
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	84
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE SÃO PAULO.....	85
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO RIO DE JANEIRO	86
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – DISTRITO FEDERAL.....	86
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO AMAZONAS.....	86
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO PARÁ.....	87
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO CEARÁ	87

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE PERNAMBUCO.....	88
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DA BAHIA	88
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE MINAS GERAIS	89
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO PARANÁ.....	90
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE GOIÁS.....	90
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	91
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE SÃO PAULO.....	92
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	93
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – DISTRITO FEDERAL.....	93
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO AMAZONAS.....	94
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO PARÁ.....	94
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO CEARÁ	94
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE PERNAMBUCO.....	95
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DA BAHIA	95
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE MINAS GERAIS	96
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO PARANÁ.....	97
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE GOIÁS.....	97
RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	98

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Indivíduos e empresas decidem onde se localizar. Nos estágios iniciais de urbanização, há preferência por alguns poucos pontos no espaço geográfico. A escassez de infraestrutura econômica estimula a concentração ou a aglomeração de atividades humanas em alguns centros urbanos, que, muitas vezes, crescem e se agigantam. Com o passar das décadas, há incentivos para se iniciar uma desconcentração. A partir de um determinado tamanho, cidades começam a apresentar desvantagens de aglomeração. Na tentativa de evitar níveis indesejáveis de congestionamento, violência, poluição, entre outros, atividades humanas dispersam para outras regiões.

Concentrar pessoas, atividades de consumo, produção e culturais, e construções em um determinado ponto do espaço influencia diretamente as condições de habitabilidade, de produção, de consumo e de bem-estar de indivíduos e de comunidades. Não raro, o melhoramento e o desenvolvimento conquistados por uma região saltam aos olhos por ter ocorrido em face de certo equilíbrio humano, material e ambiental. Em outras experiências históricas, aglomeração humana e produtiva ocorre de forma mais caótica. Em muitos casos, governos têm papel fundamental no que concerne ao planejamento como ferramenta de organização demográfica.

A questão regional passa a ser, então,

uma questão de Estado, tendo em vista seu caráter político de determinação e o assujeitamento às medidas de políticas públicas que afetam a economia nacional e a distribuição territorial da renda. (MIDDLEJ e FIALHO, 2005, p. 184).

Não obstante, com a passagem do tempo, novos agentes e novos atores surgem em um cenário dinâmico de ocupação do espaço geográfico. A sociedade industrial evolui para a sociedade do conhecimento. Nessa evolução de metamorfose do espaço urbano e regional, uma instituição passa a se destacar: a universidade. A partir de seus papéis na formação de recursos humanos de alta qualidade e na geração de novos conhecimentos, a universidade é uma fonte potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico de uma região, estimulando-a a se encorpar em termos econômicos, sociais e políticos. Em um dado momento, Estado e iniciativa privada são os principais fomentadores do desenvolvimento das sociedades locais. Em outro momento, a universidade é convocada a participar desse avanço da economia e da sociedade contemporâneas.

Universidade e seu contexto regional motivam o presente estudo. O objetivo geral desta dissertação é traçar um panorama das relações que se estabelecem entre as Universidades Federais e as regiões em que elas se estabelecem ou são estabelecidas no território brasileiro. Especificamente, objetivamos as correlações entre características do desenvolvimento de regiões e das universidades nelas localizadas, destacando como o nível de qualidade acadêmica de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) se relaciona com as transformações econômicas de determinada região. A pergunta orientadora desta pesquisa pode ser expressa como: quais as relações (correlações) entre economias de aglomeração (materializadas no tamanho das cidades) e qualidade das universidades? A relevância deste estudo é justificada não somente por ser um estudo acadêmico, mas porque evidencia aos gestores públicos e ao empresariado em geral a importância de universidades de qualidade para impulsionar o desenvolvimento regional.

Universidades têm se expandido tanto no contexto nacional quanto regionais do país. FERNANDES (2011) assume que nos recentes discursos acadêmicos as universidades possuem um papel ativo no desenvolvimento das cidades e das regiões. E esse papel possui uma série de facetas. Essas facetas sugerem que as universidades são atores críticos na geração e na difusão de conhecimento e na transferência tecnológica. Sugerem, também, que suas atividades poderão gerar externalidades de proximidade, habitualmente denominadas de “spillovers” de conhecimento. Concorre para isso o seu papel como entidades configuradoras do capital humano, produtoras de conhecimento, empreendedoras ou atores institucionais em redes. Acrescentaríamos que quanto mais elevada a qualidade acadêmica, mais intensos serão seus efeitos sobre o espaço geográfico onde se localizam.

Importante aqui também é deixar claro que a intenção do trabalho não é a de defender que as dinâmicas socioeconômicas são determinantes das formações socioespaciais, colocando o espaço como palco passivo dos acontecimentos; tampouco defender que um determinismo geográfico que a organização do espaço impõe é determinante da característica econômica de determinada população. Nossa perspectiva se aproxima da de BERNARTT (2006), que observa que a educação é chamada a desempenhar o seu papel no desenvolvimento, “sendo o desenvolvimento considerado condição essencial para o país atingir o tão proclamado progresso”. (2006, p. 2.)

Este trabalho justifica-se por ser uma manifestação de que as universidades federais são importantes para o desenvolvimento da sociedade, em face das aglomerações, sendo, em dado momento, instituições desencadeadoras de políticas públicas realizadas pelos governos, em busca de iniciativas exitosas para o desenvolvimento regional ou local, fortalecendo a capacidade governamental e empresarial de “realizar”.

Possui relevância também por justificar a necessidade em se analisar a problemática da qualidade das universidades e suas implicações para o processo de organização e de produção econômica do espaço.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, além das Considerações Preliminares e das Considerações Finais. No próximo capítulo, apresentamos a literatura sobre as forças que fazem cidades surgirem e crescerem. Apesar de não nos limitarmos às explicações econômicas, essas recebem atenção especial dada a natureza desta pesquisa. Exibimos como é determinado o crescimento das cidades em função de fatores aglomerativos, que são a base da confluência de atividades econômicas, e desaglomerativos, que servem para dispersar atividades econômicas. O fio condutor do Capítulo 3 é o breve histórico sobre a implantação das universidades no Brasil, demonstrando a postura do Estado com relação à manutenção da educação superior e a construção de um espaço público. A importância da educação, em especial das universidades, como instituições que influenciam no desenvolvimento regional, evidenciando parcerias entre universidade, empresa e governo despertam o interesse pelas dinâmicas territoriais neste contexto. No Capítulo 4 são descritos os métodos e procedimentos da pesquisa, os dados e as suas fontes, as correlações buscadas e os procedimentos estatísticos utilizados. Para o Capítulo 5 é reservada a tarefa de correlacionar, sob as perspectivas econômica, populacional e por rede de influência, a qualidade das universidades federais brasileiras e o tamanho das cidades. Então finalizamos com as Considerações Finais no Capítulo 6.

2. ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO, DE DESAGLOMERAÇÃO E O TAMANHO ÓTIMO DAS CIDADES

2.1 Por que as cidades existem?

Um grande desafio para economistas que visualizam a economia sob o prisma espacial é entender o porquê empresas e pessoas se aglomeram em pontos específicos do espaço. Na verdade, essa curiosidade não é exclusiva dos economistas. Ela desperta também o interesse de sociólogos do calibre de FREITAG (2002), que em *Utopias urbanas* lembra a defesa de Mumford a algumas teses fascinantes sobre a origem das cidades. Segundo Mumford¹, necrópolis – a cidade dos mortos – antecedeu polis – a cidade dos vivos. As verdadeiras fundadoras das cidades e das civilizações teriam sido as mulheres. Estas

procuravam lugares seguros e protegidos para dar a luz, lugares esses simbolizados pelo círculo remetendo à cidade com muralhas. A cruz, a grade ou o tabuleiro representariam de forma mais imediata as ruas da cidade e metaforicamente, a ousadia, o expansionismo dos homens, sua atitude conquistadora e guerreira. Por isso, não surpreende que os hieróglifos de mulher, casa e cidade se confundem. (FREITAG, 2002, p. 2).

A representação de cidade como círculo que encerra uma cruz, ainda de acordo com FREITAG (2002), também é revisitada por Sennett², lembrando a oposição entre o dentro e o fora, a tensão entre o expansionismo (comércio/guerra) e o recolhimento, a oposição entre guerra e paz. Outras simbologias são frequentes. Entre elas, por exemplo, temos a de SILVA (2012) que constrói, comparativamente à estrutura de um formigueiro, o porquê da existência das cidades. Nos dizeres do autor,

cidades facilitam o desenvolvimento do comércio, que, por sua vez, permite a divisão do trabalho – enquanto uns só consertam relógios, outros constroem pontes, ambos os grupos utilizam pontes e relógios (e a incumbência da reprodução não é exclusiva). (SILVA, 2012, p. 12.)

No ensaio *A cidade e a política*, CARDOSO (1972) argumenta que na tradição ocidental é explícita a caracterização da cidade como um *lugar de mercado*. Para o autor, até mesmo Karl Marx admitiu que “a cidade é tão indispensável para a existência do capitalismo quanto o é o operário para o lucro do patrão”. (CARDOSO, 1972, p. 30).

Qualquer que seja a analogia, a existência das cidades carrega consigo vantagens econômicas que vão além da divisão de trabalho e da criação de mercado. Podemos crer, então, que a cidade é coetânea das necessidades modernas do homem. SILVA (2012) traz à tona dois expoentes da nova geração de

¹ Lewis Mumford foi professor, escritor e historiador, tornando-se conhecido por ser afeto às questões urbanas.

² Richard Sennett é sociólogo, professor e pesquisador, tendo especial interesse pelo estudo da cidade moderna.

economistas – Duranton e Puga – que modelaram a existência das cidades a partir de três mecanismos que levam vantagens econômicas às aglomerações: compartilhamento de bens indivisíveis; possibilidades de encontros mais produtivos entre quem demanda e quem oferta; e interação entre as pessoas, o que, em nosso caso evidencia o conhecimento, “fator de produção intangível e de importância crescente na economia moderna”. (SILVA, 2012, p.12.)

Na busca de um tratamento mais rigoroso, GALINARI e LEMOS (2007) observam que a literatura sobre economia de aglomeração foi inaugurada por MARSHALL em 1890, quando identificou “as vantagens de se concentrar firmas e trabalhadores de uma atividade econômica numa mesma área geográfica”. Ainda segundo Marshall, o aumento na escala de produção gera economias advindas de duas fontes: “o porte das firmas individuais — economias de escala internas às firmas — e a escala da indústria geograficamente concentrada, que proporciona economias externas às firmas, mas internas à indústria”. (GALINARI e LEMOS, 2007, p. 3). Marshall também nos alerta para o fato de que as externalidades de escala possuem três origens³, que são a especialização de um polo de serviços; as conexões fornecedores-usuários; e os *spillovers* de conhecimento. Voltaremos a essa contribuição de Marshall adiante nesta dissertação.

Na dissertação *Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos*, BERNARDI (2006) procura definir cidade não com um conceito, mas a partir de características semelhantes ou atributos que envolvem a tipologia conforme os métodos utilizados. O autor exemplifica que, no Japão, é urbano um lugar que possua mais de trinta mil habitantes; na Índia, para ser cidade deve possuir mais de cem mil habitantes; México, Venezuela e Estados Unidos consideram cidades aquelas que contêm população com mais de 2.500 habitantes. Para os italianos, um local é considerado urbano se possuir menos da metade da população trabalhando na agricultura. No Brasil é considerado urbano o que a lei municipal determina que compreenda o perímetro urbano.

Também se qualifica cidade de acordo com a sua funcionalidade ou atividade econômica dominante. Apesar de todas as cidades possuírem comércio, nem sempre essa é a atividade principal do lugar. BERNARDI (2006) acrescenta que, para aqueles que veem “a cidade sob a ótica da geografia urbana, a primeira constatação que se tem é que o espaço, embora natural, agora é construído, portanto artificial, contou com a participação humana em sua montagem”. (BERNARDI, 2006, p. 22). Vislumbrando o tema sob essa ótica, conclui-se que o meio urbano é uma construção social, produto de muitas mãos e até de muitas gerações.

³ Conhecida como a “tríade marshalliana”.

Assim, é possível acrescentar que o processo de formação de uma cidade é único. Porém, este processo é transformado continuamente. Cidades existiram passando a Idade Antiga, a Medieval e a Contemporânea. Curiosamente, algumas semelhanças podem ser apontadas entre elas; contudo, a perspectiva espaçotemporal é modificada, chegando até mesmo a alterar as funções das cidades.⁴ DRUCKER (2002) exemplifica isso afirmando que a sociedade rural foi romantizada por milênios, apesar de manter características de compulsória e coerciva, isto é, impositiva e sem ética. A atração pelas cidades aumentou também em função da fuga dessas características, passando as cidades a usufruírem de uma imagem idílica tão irreal como a vista anteriormente na vida rural.

As cidades permanecem crescendo à medida que a população rural encolhe ou se mantém. Isso acontece a partir do instante que a cidade começou a “se sustentar”, há cerca de cem anos. O ambiente atrativo da cidade somente foi firmado a partir do instante em que sistemas de urbanização foram desenvolvidos, a exemplo do suprimento dos serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e com os avanços na expectativa de vida proporcionados pelos desenvolvimentos na área de saúde.

Outro conceito importante para o entendimento do assunto é o de metrópole. BERNARDI (2006) a conceitua como a “principal cidade de uma região ou de um país ou então uma cidade que possui uma forte atração sobre outras cidades sob o ponto de vista econômico, da prestação de serviços, do fornecimento de bens”. (BERNARDI, 2006, p.31). MAGALHÃES (2008) retoma um conceito lefebvriano que remete à ideia de “implosão-explosão” da cidade. A proposta de Lefebvre é a de um *continuum* que caracteriza a evolução da cidade e da forma urbana,

que vai desde as primeiras aglomerações de caçadores e coletores, que se tornaria posteriormente a cidade política, passando pela cidade comercial (a partir da entrada do mercado na cidade) e a cidade industrial, até chegar na *zona crítica*, momento atual de anúncio da “urbanização completa da sociedade”, consequência do processo de industrialização. A entrada da indústria na cidade seria um ponto de inflexão fundamental, onde a dominação campo-cidade se inverte, e o campo passa a se sujeitar à lógica, às demandas e à dinâmica própria da sociedade urbano-industrial. (MAGALHÃES, 2008, p. 16.)

A indústria passa, então – colocado de forma simplificada –, na visão de Lefebvre, a ser um elemento estranho à cidade mercantil, levando ao processo de urbanização da sociedade e à posterior metropolização,

⁴ Uma indicação de leitura para um aprofundamento sobre a história das cidades é a obra *Pour l'amour des villes*, traduzida e publicada pela Fundação Editora da UNESP (FEU), em 1998, com o título *Por amor às cidades*. Nela Jacques Le Goff “flana” pelas cidades em épocas diferentes, evidenciando-as como lugares de troca, cobiça, poder e orgulho.

significando o dito *fim da cidade* e passando-se à formação da cidade-região. A transformação da cidade em região metropolitana (RM) acelera um processo chamado conurbação, que é caracterizado pela expansão de uma cidade, prolongando-a para fora de seu perímetro urbano e incorporando a essa outras cidades e áreas rurais. Para as regiões metropolitanas, o planejamento integrado de ações deve ser objetivado, a fim de se evitar desperdícios e minimizar a falta de autonomia que juridicamente essas áreas de aglomeração não possuem.

GALINARI e LEMOS (2006) expõem o pensamento de Glaeser *et al.* (1992) no que tange às teorias sobre externalidades dinâmicas, que

são extremamente atrativas, pois tentam explicar simultaneamente como as cidades se formam e porque crescem. Na visão destes autores, as economias de aglomeração em suas versões dinâmicas, denominadas “MAR” (Marshall, Arrow, Romer) no caso das economias de localização e “Jacobs” no caso das de urbanização, baseiam-se em *spillovers* tecnológicos e explicam, principalmente, o crescimento urbano. Por outro lado, as economias estáticas (localização e urbanização), apesar de não explicarem o crescimento de maneira estrita, são relevantes para a elucidação do padrão de localização industrial das cidades — o grau em que estas são especializadas ou diversificadas. Independentemente da riqueza que as classificações trazem à análise, o importante é que a hipótese de retornos crescentes demarca claramente a fronteira entre a teoria econômica espacial e não-espacial. GALINARI e LEMOS (2006, p. 4).

Apoiado sobre o argumento de Jane Jacobs (1969), Soja (2000), *apud* MAGALHÃES (2008), propõe o surgimento das cidades em três “revoluções urbanas”, conforme resumido no Quadro 1. Acrescentaríamos que a quarta revolução urbana seja o processo de transformação socioespacial em curso.

Quadro 1

REVOLUÇÕES URBANAS

Primeira revolução urbana	Segunda revolução urbana	Terceira revolução urbana
Surgimento das primeiras cidades – aglomeração de caçadores, coletores e mercadores.	Emergência das chamadas civilizações hidráulicas, no delta do Rio Nilo e na Mesopotâmia, tendo marcado o surgimento da escrita e o fim do período pré-histórico.	Período histórico do capitalismo industrial nascente.

Fonte: elaboração própria, a partir de MAGALHÃES (2008).

A primeira revolução deu ênfase às aglomerações, que seriam responsáveis pelo surgimento de técnicas aplicadas no desenvolvimento agrícola, impulsionando cada vez mais a própria aglomeração, por meio da apropriação do excedente dali extraído. Soja (2000) exemplifica o embrião de urbanidade estimulado pela aglomeração o desenvolvimento de cidades como Çatal Huyuk e Jericó (período neolítico do oriente médio) no campo das artes e da tecnologia.

A segunda revolução urbana é marcada pelo fortalecimento das formas de governo assentados sobre a cidade-estado, que acabaria por fixar o processo de urbanização mais firmemente e dando sustentabilidade a uma maior continuidade locacional e de reprodução social. São exemplos de cidades desse período as chamadas civilizações hidráulicas, localizadas no delta do Rio Nilo e na Mesopotâmia. Já a terceira revolução urbana aconteceria com o capitalismo industrial nascente, tendo como representante a cidade de Manchester, Inglaterra, no início do século XIX. Esta revolução estaria em crise no final do século, dando vazão à quarta revolução, que vem a ser o início do processo de transformação socioespacial ainda em curso.

Hodiernamente, SASSEN (1998) busca mostrar que “as cidades são de grande importância para os setores econômicos dominantes”. (SASSEN, 1998, p. 158.) A autora afirma que as grandes cidades dispostas no mundo altamente desenvolvido são os lugares em que os processos de globalização assumem formas concretas, localizadas. A existência das cidades pode, assim, ser compreendida como “uma *prática social*, na qual se relacionam muitas pessoas, em diferentes níveis e de maneira bastante complexa (...) passando pelo nível da necessidade de configuração de espaços para o desenvolvimento e a perpetuação da vida (...). (CARNEIRO, 2008, p. 50).

Planificar a urbanização é possível, atentando para não ferir os critérios geográficos impostos pela territorialidade. Todavia, planejar todas as outras variáveis que compõem a cidade é tarefa extremamente

penosa e deve ser revista diuturnamente, principalmente pelos economistas. Fatores como a (des)aglomeração, a (re)construção, o moderno impõem limites em razão do caráter frívolo e paradoxal das cidades. Apesar das justificativas para a existência das cidades, essas, encaradas como reflexo da prática social, carregam consigo todos os benefícios ou malefícios gerados pelos “trade-offs” decorrentes de seu tamanho.

Apesar de as cidades serem instituições conhecidas milenarmente, o processo de urbanização dessas somente começou a acontecer a partir da Revolução Industrial, há aproximadamente duzentos anos, resultando na formação da sociedade urbano-industrial. Após este acontecimento, estudiosos se debruçam em debater sobre os benefícios ou malefícios da aglomeração e esbarram na dificuldade em avaliar os ganhos atribuídos às economias de aglomeração *versus* os custos das deseconomias de aglomeração. BRAGA e CARVALHO (2004) advertem que países do considerado terceiro mundo possuem oito das doze maiores aglomerações urbanas do mundo. Isso acontece, segundo os autores, porque em espaços subdesenvolvidos metrópoles não cumprem apenas o papel de concentrar as riquezas do país; também crescem em função da pobreza, pois recebem a migração da população miserável.

Aqui o conceito de externalidade é o foco principal para a análise econômica das cidades, pois esse passa a estar ligado ao que é definido como espaço geográfico. Externalidades podem ser aplicadas também no momento da análise dos proveitos e dos custos de famílias e empresas. Por sua vez, verificar o caráter específico que “prove” a existência de economias de aglomeração na falta de medidas diretas é tarefa difícil. Assim, isso acaba sendo feito de forma indutiva, quando “dir-se-á de uma indústria cuja produtividade aumenta com a dimensão da cidade que ela é sensível às economias de aglomeração”. (POLÈSE, 1998, p. 83). Apesar de muitos autores admitirem a influência das externalidades positivas para produtores localizados em áreas extremamente concentradas, a recuperação do trabalho de Marshall é sempre realizada com a finalidade de entender esse acontecimento. GARCIA (2006) explica que

Para Marshall, as vantagens derivadas da concentração geográfica estão associadas não apenas ao aumento do volume de produção, mas também aos ganhos de organização e desenvolvimento decorrentes da maior integração entre os agentes. (GARCIA, 2006, p. 5.)

Basicamente, das economias advindas da especialização dos agentes produtivos localizados, configuram-se os três tipos básicos consignados por Marshall, denominados de tríade ou trindade marshalliana: mão de obra qualificada, fornecedores especializados de bens e serviços e transbordamentos

tecnológicos e de conhecimento. Fato é que a noção de “economias de aglomeração” são parte dos modelos tradicionais de desenvolvimento regional, mas

Ao contrário dos modelos tradicionais de desenvolvimento regional, os novos modelos estão identificados com as ações descentralizadas das empresas e das instituições públicas, o que implica um forte processo de reciprocidade entre eles, numa relação de concorrência e de cooperação entre as empresas; e com uma lógica de funcionamento extrovertida, embora com raízes mais profundas no território que acolhe tal aglomeração. (FILHO, 2001, p. 277.)

É notório que, ao longo do tempo, o crescimento de algumas cidades será maior ou menor do que o de outras, em função de fatores aglomerativos, que são a base da confluência de atividades econômicas, e desaglomerativos, que servem para dispersar atividades econômicas. A resultante dessas forças acaba sendo o fator determinante para que empresários localizem suas empresas e negócios no local. Esta dissertação não pretende detalhar as teorias no campo da economia regional e urbana. Mas citaremos as principais que examinam a localização com base nos fatores aglomerativos/desaglomerativos. Essas teorias nos serão úteis mais tarde nesta dissertação para podermos analisar os resultados obtidos neste estudo.

2.2 Principais teorias em Economia Regional

Na análise econômica, o elemento espaço, no passado, ficou sem ser analisado, sendo reconhecido somente em 1840, após o desenvolvimento da escola alemã, que percebeu a inobservância da teoria econômica tradicional no que dizia respeito aos aspectos espaciais.

Nas últimas décadas, a análise espacial passa a ser mais um caminho para a investigação econômica, bem como o resgate da Economia Urbana e Regional, que em parte reflete o envelhecimento das formulações clássicas e o desenvolvimento tardio das técnicas de análise apropriadas para a análise regional. (RICHARDSON, 1975, *apud* CIMA e AMORIM, p. 76.)

Quadros-resumos sobre a produção teórica em Economia Regional serão mostrados a seguir, levando-se em consideração três blocos: o conjunto das “ortodoxias teóricas” (Quadro 2), isto é, as teorias ditas clássicas da localização; as teorias de desenvolvimento regional com foco nos fatores de aglomeração (Quadro 3); e a produção recente em Economia Regional (Quadro 4).⁵

⁵ Para estudo aprofundado sobre as teorias de localização, recomendamos as leituras de dois autores: Clélio Campolina Diniz, “Celso Furtado e o desenvolvimento regional”, *Nova econ.* vol. 19, n. 2, Belo Horizonte May/Sept. 2009, disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001; e Luiz Ricardo Mattos Teixeira Cavalcante, “Produção teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização”, 2007.

Quadro 2
TEORIAS CLÁSSICAS DE LOCALIZAÇÃO

Von Thünen (1826)	Modelo que, apesar de não estar relacionado com a localização industrial, mas com a localização agrícola, mediante uma formulação matemática elegante, busca determinar o ponto de maximização da renda da terra, levando em consideração o custo de transporte, em diferentes localizações, nas condições de mercado.
Alfred Weber (1909)	Para localização de atividades industriais, leva em consideração o custo do transporte, o custo da mão de obra e um “fator local” decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração.
Christaller (1933)	Leva em conta que a produção de bens e serviços nas cidades é resultado de uma escala de produção com ponto ótimo representado por uma demanda dividida em um espaço homogêneo.
Lösch (1940) e Hoover (1948)	Sugerem que as atividades econômicas tinham a sua localização definida por um resultado do equilíbrio de forças que puxam e empurram consumidores e empresas em direções opostas.
Isard (1956)	Adapta o conceito de curvas <i>bid rent</i> , de Thünen, para um contexto urbano, no qual um mercado é substituído por um centro de emprego (CBD – área central de negócios).

Fonte: elaboração própria, a partir de CAVALCANTE (2007).

Quadro 3
TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM ÊNFASE NOS FATORES DE AGLOMERAÇÃO

Os polos de crescimento de Perroux (1955)	Argumenta que o crescimento não é homogêneo no espaço, tendo pontos ou polos de crescimento. Lançou a ideia das relações que se estabelecem entre as indústrias, sendo algumas “motrizes” – que aumentam as vendas e as compras de outras – e as demais “movidas” – que têm vendas aumentadas em função das “motrizes”.
A causação circular e cumulativa – Myrdal (1957)	Faz referência à qualificação da mão de obra, à comunicação, à consciência de crescimento e vizinhança e ao espírito empreendedor.
Os efeitos para trás e para a frente – Hirschman (1958)	Investiga explicações de natureza “antropológica” para o desenvolvimento.

Fonte: elaboração própria, a partir de CAVALCANTE (2007).

Quadro 4

PRODUÇÃO RECENTE EM ECONOMIA REGIONAL

Os Distritos Industriais Markusen (1995)	Um grande número de firmas que produz um bem homogêneo, sendo elas envolvidas em vários estágios e várias vias na produção.
Os Ambientes Inovadores Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs (GREMI)	A preocupação aqui é com as externalidades de natureza tecnológica decorrentes de vínculos de cooperação e interdependência.
Organização Industrial e Custos de Transação Escola Californiana das Economias Externas	Essa escola assevera que a competição e a inovação abrem “janelas locais” nas regiões (<i>cluster</i>).
A Nova Geografia Econômica (KRUGMAN, 1991)	Corrente que não consegue, ainda, justificar o motivo para o início da aglomeração regional. Refere-se a uma mudança qualitativa no estudo teórico da Geografia Econômica, enfatizando novos, como os retornos crescentes ou as economias de aglomeração.

Fonte: elaboração própria, a partir de CAVALCANTE (2007).

Sob a perspectiva de CAVALCANTE (2007),

não apenas os benefícios advindos da aglomeração de empresas, mas também sua própria relação com o governo e a sociedade parecem ser fatores atuantes nas decisões tomadas pelo “homem administrativo” (isto é, aquele que, ao contrário do homem econômico, não dispõe de plena informação e, portanto, busca a melhor solução em um universo finito de soluções possíveis). Por tudo isso, não parece, ao final de uma análise que procurou abranger as diversas correntes de pensamento sobre o tema, haver uma contradição explícita entre as abordagens, mas sim uma espécie de complementaridade. (CAVALCANTE, 2007, p. 28.)

O BANCO MUNDIAL (WORLD BANK, 2009), em relatório, evidencia a importância em se discutir como a atividade econômica é distribuída pelo território e como isso influencia na capacidade local de produção e de geração de riquezas. O Relatório afirma que,

conforme os países se tornam mais ricos, mais as pessoas se concentram em cidades, metrópoles, de modo que “migrar em direção à densidade econômica é um caminho para sair da pobreza, tanto para aqueles que viajam, como para aqueles que ficaram para trás”. (SOUZA, 2009, p. 11.)

POLÈSE (1998) agrupa as economias de aglomeração em duas rubricas: economias de localização ou de justaposição e economias de urbanização. A primeira tem como característica os ganhos de produtividade específicos de uma indústria ou de um conjunto de empresas relacionadas que são atribuídos à sua localização. Para as economias de urbanização, a característica dessas é o fato de elas serem economias externas que beneficiam indústrias simplesmente pelo fato de estarem localizadas em uma cidade

especificamente. Já as deseconomias de aglomeração – tratadas como externalidades negativas – causam problemas quando a procura pelo urbano aumenta mais intensamente do que a oferta das facilidades que ele possibilita.

Deseconomias externas apresentam-se não menos reais que as economias externas. Principalmente nos países em desenvolvimento (PED), essas se manifestam mediante inconvenientes, a exemplo da poluição, dos congestionamentos, da favelização. As deseconomias fazem o papel de contrabalançar as economias, mediante o processo de arbitragem que o mercado impõe. POLÈSE (1998) argumenta que

As dimensões de uma cidade variam consoante as tecnologias disponíveis, as estruturas econômicas do país, o lugar que ela ocupa na hierarquia urbana nacional e as preferências (ou custos de oportunidade) das populações. Os inconvenientes e as deseconomias externas da grande cidade são sentidos de maneira diferente por populações diferentes. (POLÈSE, 1998, p. 31).

Os países, em sua maioria, possuem solo urbano controlado. Geralmente, a legislação impõe o perímetro disponível para a urbanização. A principal razão para que isso ocorra é a ideia de que uma ocupação desordenada do solo gera um resultado subótimo que afeta tanto o indivíduo como a sociedade. O setor público, de acordo com POLÈSE (1998), precisa intervir em matéria de utilização do solo por três motivos:

- 1) Redução das externalidades negativas a que um terreno é submetido;
- 2) Maximização da renda que as autoridades locais ou outros agentes econômicos visam com a utilização do terreno;
- 3) Minimização do custo de alguns equipamentos coletivos.

Quanto à redução das externalidades negativas, a regulamentação é um instrumento utilizado, de modo a evitar as utilizações incompatíveis, pois não há garantias de que o mercado realiza essa separação de funções. Como exemplo, dificilmente, na maior parte dos países do mundo industrializado, será encontrada uma fábrica em área destinada a um bairro residencial. Ruas e terrenos serão reservados especificamente para esse fim. O zoneamento surge, assim, como uma ferramenta de ordenamento na qual são autorizadas as utilizações do solo. Contudo, por se tratar de um instrumento também político, a aplicação do zoneamento pode estar submetida às pressões dos *stakeholders*. Caberá à autoridade local garantir que a renda adicional decorrente de uma intervenção pública beneficie o conjunto da coletividade.

Experiências de crescimento de uma cidade não estão afetadas somente às características econômicas, mas também a características sociais e políticas. O economista Edward Glaeser pode ser citado como um estudioso que defende este posicionamento. Entusiasta no estudo das cidades, conhecido por argumentar

que o capital humano pode explicar níveis de variação da prosperidade urbana, em entrevista⁶, afirmou que as cidades possuem a magia de conectar pessoas, fazendo com que elas tenham novas ideias.

A literatura recente leva a crer que a existência de externalidades de conhecimento podem proporcionar transbordamentos capazes de melhorar o bem-estar da população, levando à distribuição espacial das atividades e um crescimento agregado da economia. OLIVEIRA *et al.* (2007), em artigo sobre a migração de trabalhadores, concluem que o mercado de bens e serviços interage com o mercado de trabalho e, juntos, distinguem o desenvolvimento de uma região.

A Ciência Econômica Regional tem evoluído desde as teorias e os modelos tradicionais de localização – principalmente de origem alemã –, mais “estáticos”, passando pela incorporação de ideias marshallianas, como foi observado anteriormente, a fim de avançar com a discussão acrescentando as “economias externas” não apenas no sentido pecuniário, mas também tecnológico, dando importância à proximidade espacial e aos fatores relacionais. Os novos modelos da Economia Regional abarcam noções da economia de aglomeração que fazem parte dos modelos tradicionais. Entretanto, esses novos modelos são caracterizados pela interação de empresas e instituições públicas que possuem

(...) forte processo de reciprocidade entre os mesmos, numa relação de concorrência e cooperação entre as empresas, e com uma lógica de funcionamento extrovertida embora com raízes mais profundas com o território que acolhe tal aglomeração. Na realidade, não se trata mais de um aglomerado passivo de empresas mas sim de um coletivo ativo de agentes públicos e privados atuando com um mesmo interesse, o de manter a dinâmica e a sustentabilidade do sistema produtivo local. (FILHO, 2001, p. 277-278).

As teorias de desenvolvimento regional, nos últimos anos, passaram a ser repensadas em decorrência das quedas de conhecidas e clássicas regiões industriais e ascensão de outras regiões não tão conhecidas, mas que adotaram paradigmas novos para o seu desenvolvimento. É fato que novas formas de organização territorial passaram a ser expressivas e determinantes para uma organização industrial. Importante para isso, do ponto de vista regional, tem sido o conceito denominado desenvolvimento endógeno, que

pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. (FILHO, 2001, p. 262.)

⁶ “O crescimento das cidades é inevitável”, revista *Época Negócios*, Edição 15, maio de 2008, 2/5/2008.

2.3 A dinâmica dos lugares

Para se relacionar a dinâmica do capital à dinâmica dos lugares é necessário aqui se lançar mão de dois conceitos: concentração e centralização de capital, que são relativos ao processo social. O primeiro está relacionado à produção da riqueza econômica, e o segundo é, acima de tudo, centralizar capitais. A centralização não está relacionada à acumulação, mas ao processo em que frações individuais de capital se associam, fundem-se ou reagrupam-se. Ou seja, “o que importa num grupo econômico, numa rede de fornecimento de serviços ou numa rede dispersa de comércio é o controle das unidades dispersas por meio da centralização da gestão empresarial”. (LENCIONI, 2008, p. 13).

Ainda segundo Lencioni, a justificativa para a dinâmica nos processos espaciais é decorrente não apenas da lógica topográfica, mas também dos aspectos da lógica topológica. Lencioni justifica que

Sob essas duas lógicas, ou seja, a partir de um espectro multiescalar, é que a aglomeração e a dispersão metropolitana, enquanto processos espaciais devem ser examinadas na análise da metrópole contemporânea. Pela lógica topográfica, relativa à superfície do terreno, podemos ver a densidade dos lugares, quer em termos de edificações e de atividades urbanas, concorrendo para distinguirmos a concentração da dispersão. Pela lógica topológica apreendemos a densidade virtual dos lugares, medida em termos dos fluxos imateriais entre dois pontos, que dizem respeito aos fluxos de informação e comunicação. (LENCIONI, 2001, p. 17.)

Assim, LENCIONI (2008) afirma que o grau de concentração territorial está diretamente relacionado ao desempenho de seu papel central. Daí surge também a necessidade que a metrópole tem em concentrar a indústria de alta tecnologia e a indústria inovadora, pelo trabalho qualificado que elas fornecem, além da necessidade de ficar próxima das universidades e dos centros de pesquisa.

A determinação de um ritmo ideal de urbanização de uma cidade, além da inexistência de um modelo operacional de cálculo dos custos e benefícios, implica fatores políticos, operacionais, etc., envolvendo um *trade-off* com diversos elementos capazes de mobilizar um povo de um nível de desenvolvimento econômico para outro, utilizando-se da maneira de se organizar no plano territorial. Observa-se, então, que qualquer local possui externalidades positivas ou negativas. No caso de externalidades positivas remete-se à economia externa e verificam-se também os efeitos de vizinhança (*neighbourhood effects*) ou de transbordamento, e que o tamanho ótimo das cidades deve estar relacionado não somente às escalas econômicas, mas também ao bem-estar da população.

A discussão sobre o tamanho ótimo das cidades atualmente está relacionada a uma série de questões – sociais e de governabilidade de territórios até econômicas, que envolvem desde a atratividade à competitividade dos territórios. É necessário observar que a formação das cidades não é apenas um

fenômeno de urbanização, no sentido de somente edificar, mas vai bem mais além, porque é uma forma de desenvolver o território. Uma das soluções encontradas atualmente é a da criação das cidades compactas. Tal conceito não utiliza fórmulas para calcular como a cidade torna-se mais eficiente. Uma vez que cada metrópole possui realidade própria, o conceito é aplicado para mostrar que a cidade pode se tornar sustentável e mitigar problemas decorrentes do excesso de densidade.

E a relação entre universidade e espaço geográfico? Em termos teóricos, a universidade pode ser resultado da concentração espacial, surgindo quando a densidade demográfica-econômica aumenta em um ponto do espaço. Nessa situação, a universidade é uma demanda da população regional. No entanto, ela pode ser pensada como uma instituição que cresce concomitantemente à sociedade e à economia da região onde se localiza, por meio de um processo de influência mútua e conjunta. Há, ainda, a situação de um espaço geográfico integralmente dependente da universidade que hospeda e que foi ali implantada por razões muitas vezes políticas e não econômicas.

Chegamos, assim, ao momento de incorporar a instituição universidade em nossa discussão conceitual sobre economia e ocupação do espaço geográfico.

3. A UNIVERSIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

3.1 Onde a universidade é necessária?

As universidades vêm sendo consideradas como o motor do desenvolvimento econômico, social e cultural de países e regiões do mundo contemporâneo. O diferencial dessas instituições é o potencial de inovação que elas possuem. A dinâmica da inovação está intimamente ligada aos processos de aprendizagem do conhecimento. O entendimento da dinâmica capitalista perpassa o papel das inovações, sendo esse o grande aprofundamento realizado por Schumpeter.⁷ Universidades também abastecem o local onde se encontram instaladas de capital humano⁸ que amplia e os ambientes social e cultural que viabilizam a inovação. Somado à pesquisa e ao ensino, há o que tem sido o chamado *terceiro papel* das universidades, sendo mais abrangente que o conceito antigo de extensão.

A análise do impacto econômico das universidades sobre as regiões pode partir dos fluxos de renda locais ou considerar o impacto sobre a demanda agregada regional. Universidades têm papel no desenvolvimento econômico de uma região. Esse papel pode ser executado de diversas formas, *e.g.*, a formação do capital humano da região, a produção do conhecimento, a função de incubadora de empresas como estimuladora do empreendedorismo. O processo ensino–aprendizagem basicamente é o que acaba sendo mais observado como atividade formal da universidade. Isso é facilmente visualizado pela população que acompanha o novo ambiente econômico, favorecedor de trabalhadores com maiores níveis de escolaridade.⁹

Toda essa importância atribuída à educação e, em especial, às universidades, fez e faz pesquisadores buscarem respostas às demandas da educação e à influência das universidades para o desenvolvimento regional, além de tornar necessária a análise sobre as falhas de mercado e o papel do Estado e de governo na economia para fornecimento do bem educação superior. As universidades são consideradas vantagens

⁷ Schumpeter tentou explicar o desenvolvimento econômico verificado no sistema capitalista. Segundo o economista, o “equilíbrio estacionário” da economia, caracterizado pela ausência de desenvolvimento, não necessariamente de crescimento, é rompido por meio das inovações.

⁸ A respeito da Teoria do Capital Humano, leia o trabalho do Prêmio Nobel de Economia Gary Becker, que teve a ideia desenvolvida em função do trabalho de Theodore Schultz, também Nobel de Economia, sobre “capital educacional”.

⁹ Sobre este assunto, observe o artigo de Julio Manuel Pires, “Níveis de Escolaridade e Rendimentos do Trabalho: evidências para o Brasil na década de 1990”, que destaca o padrão produtivo caracterizado pelo avanço técnico e maiores níveis de qualificação, expresso principalmente por maiores níveis de escolaridade formal.

competitivas para o desenvolvimento regional, tendo a literatura sobre o tema evidenciado a contribuição desse papel dada em decorrência dos modelos de crescimento exógeno.

Os modelos sugerem que as universidades correspondem a actores críticos na geração de conhecimento, na difusão do conhecimento e na transferência tecnológica, e que as suas actividades poderão gerar externalidades de proximidade, habitualmente denominadas de *spillovers* de conhecimento. Concorre para isso o seu papel enquanto entidades configuradoras do capital humano, produtoras de conhecimento, empreendedoras ou actores institucionais em redes. (FERNANDES, 2011, p. 7.)

ROLIM e SERRA (2010) fazem uma distinção curiosa do que são as universidades que “estão” na região e das que “são” da região. Na concepção desses autores, sob o pressuposto da vertente econômica, o grande desafio proposto às regiões é o de estabelecer um projeto-político que aumente a competitividade congregando todos os atores sociais ao desenvolvimento regional.

Algumas delas [universidades] estão mais preocupadas com as questões do conhecimento universal, com temas de interesse nacional, formando alunos para o mercado nacional. Essas são aquelas que apenas *estão* nas regiões. Por outro lado existem as universidades que além de tratar das questões universais e nacionais também estão preocupadas com as questões específicas das suas regiões, pesquisam os temas das actividades econômicas das regiões, também forma alunos capacitados para os mercados de trabalho das suas regiões e são parceiras dos demais atores regionais. Essas são as universidades *da* região. (ROLIM e SERRA, 2011, p. 2.)

Estar ou ser não reduz a relevância dos papéis desempenhados por elas. O setor empresarial mundial percebeu a importância da universidade como fonte de resultados em pesquisa tecnológica inovadora. Prova disso é que, na tentativa de assegurar os objetivos da organização decidiu até mesmo criar suas universidades corporativas, apesar de essas, aparentemente, demonstrarem que ainda não conseguiram adquirir a expertise das universidades federais.

É a universidade, embora de forma não exclusiva, que será sempre a arena matriz para o avanço da pesquisa científica e tecnológica. E, se o saber de vanguarda é uma preocupação permanente da universidade, é também nela que a empresa encontrará muito da tecnologia necessária já disponível e ainda não praticada por muitos. (MORAES, 1995, p. 18.)

Apesar de as universidades serem um requisito essencial para o desenvolvimento regional, por serem, amiúde, o principal centro de produção de conhecimento no mundo todo, esse desenvolvimento não é assegurado apenas pelas universidades. É essencial haver uma interdependência dessas para a tomada de decisões conjuntamente com setores sociais e com a designada hélice tripla.

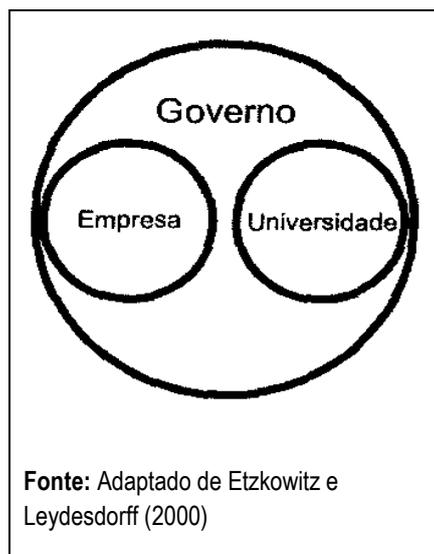
Uma série de relações entre indústrias, governos e universidades está emergindo em países de diferentes estágios de desenvolvimento e com diferentes sistemas socioeconômicos e valores culturais. À medida que as regiões buscam criar uma dinâmica de desenvolvimento econômico baseado no conhecimento, as três esferas institucionais passam a assumir, cada uma delas,

transformações internas, e novas relações são estabelecidas cruzando fronteiras institucionais (...) (ABDALLA *et al.*, 2009, p. 9.)

ETZKOWITZ e LEYDESDORFF (1997) avaliaram que a inovação tecnológica era fruto da interação de três agentes – governo, empresas e universidades, denominado hélice tripla (HT). Cunha e Neves (2008) demonstraram geometricamente a evolução do modelo HT ao longo do tempo, motivado pelas ideias incrementais, conforme representado nas Figuras 1 a 3. Em um primeiro momento, o governo surge englobando a empresa e a universidade, sendo o centralizador do processo diante de sua autoridade, dificultando uma relação entre os outros dois componentes, atribuindo um caráter normativo à inovação (Figura 1). O próximo estágio (Figura 2) coloca o governo em outra postura dinâmica, na qual o arranjo institucional passa a ser mais liberalizante, deixando o papel de condutor também para os demais agentes. A Figura 3 expõe as estruturas sobrepostas, na tentativa de exemplificar a interação forte que há entre as hélices, podendo haver até mesmo uma atuação dos agentes em áreas que não lhes pertencem.

Esta não-determinação de linhas imaginárias de divisão, e, principalmente, a sobreposição, proporcionam o surgimento da interação dinâmica entre os agentes e os processos inovativos são intensificados, surgindo os spin-offs entre os agentes. A expectativa, neste caso, é de que a interação seja intensa e constante, levando aos mais diversos arranjos institucionais. As hélices devem ter movimentos constantes e numa mesma frequência, permitindo, desse modo, a suavidade na interação. Do contrário, qualquer falta de sintonia pode prejudicar o desenvolvimento. (CUNHA e NEVES, 2008, p. 101.)

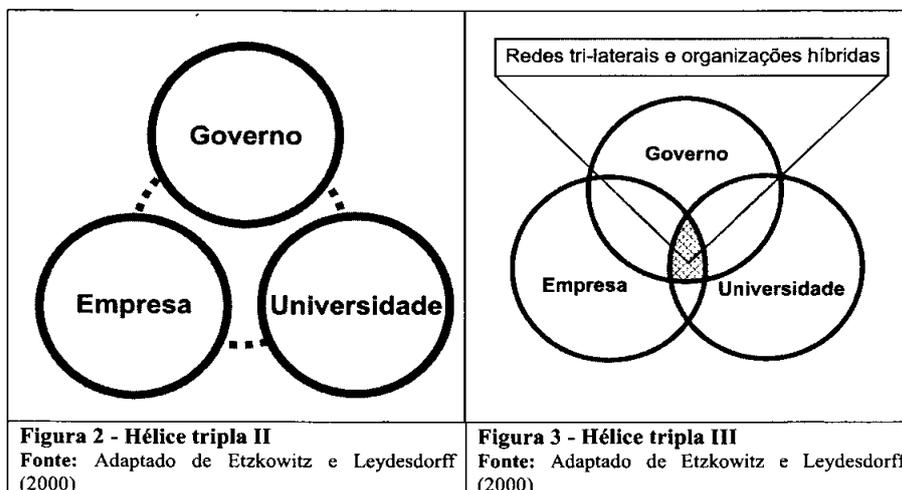
Figura 1 – Hélice Tripla I



Fonte: Cunha e Neves (2008, p. 100).

Figura 2 – Hélice Tripla II

Figura 3 – Hélice Tripla III



Fonte: Cunha e Neves (2008, p. 101).

Esse contexto leva a crer que as partes envolvidas devem facilitar a relação de parcerias visando ao reconhecimento da necessidade de compreensão das pressões a que cada parte é submetida dada a natureza de seus negócios. Em um contexto como esse, dinâmicas territoriais têm despertado o interesse de estudiosos, a fim de serem compreendidas, em especial, as estruturas dos espaços regionais. Assim, GARCIA *et al.* (2011) identificam que “diversos autores apontam que as universidades são peça central para a criação e para o suporte de vantagens competitivas de certas regiões” (p. 310).

No tocante à localização, a proximidade de empresas e universidade facilita a interação e reduz custos com o intercâmbio de conhecimento, especialmente quando se trata de conhecimento tácito. Empiricamente a literatura recente busca comprovar uma correlação positiva diante da existência de transbordamentos de conhecimento em níveis local e regional. GARCIA *et al.* (2012) resumem os benefícios da concentração geográfica entre universidades e empresas em três pontos principais:

Primeiro, as empresas que se localizam próximas à universidade estão mais aptas a aproveitar-se dos benefícios dos transbordamentos de conhecimento gerados pela universidade, já que esses novos conhecimentos circulam mais prontamente no âmbito local, sobretudo nas redes locais de comunicação em que estão envolvidas as empresas e a universidade. Em segundo lugar, a proximidade geográfica dá às empresas locais acesso mais facilitado às redes de conhecimento da qual fazem parte os pesquisadores acadêmicos. A universidade parceira local representa nesse

sentido o “portão de entrada” da empresa nessas comunidades epistêmicas, o que permite a construção de laços de confiança e o acesso aos canais de comunicação necessários para que a empresa faça parte dessas redes de compartilhamento de conhecimento. Terceiro, a proximidade geográfica das empresas com a universidade facilita os processos de aprendizado interativo no âmbito empresas, uma vez que uma das características intrínsecas da pesquisa realizada na universidade é a sua proximidade à fronteira do conhecimento, o que exige o domínio de um amplo e complexo conjunto de capacitações.¹⁰ Por isso, a transferência desses conhecimentos para as empresas requer a construção de formas de relacionamento que envolvam frequentes interações pessoais e contatos face-a-face, o que favorece as empresas que estão localizadas em áreas próximas aos centros geradores de avanços científicos e tecnológicos. (GARCIA *et al.*, 2012, p. 2.)

Nesse sentido é notório o caráter estratégico configurado pela educação superior para o desenvolvimento e o crescimento sustentado de uma região. Uma vez delimitadas as responsabilidades da instituição de ensino superior a ser criada, o próximo passo é a delimitação de responsabilidades e o estabelecimento de sua área de atuação. Isto posto, caberá aos governos dotar as instituições das condições necessárias para a realização das ações do Estado atuando em prol de um objetivo específico.

Anteriormente, o financiamento das atividades autônomas de pesquisa e ensino nas universidades – advindos basicamente dos recursos públicos – era objeto de cobranças por parte da sociedade, mesmo essas atividades tratando especificamente de elevar o grau de instrução da população e o nível de produção da pesquisa científica. Hoje, o mesmo nível de exigência permanece, com a variação de que a inquietude maior é orientada para objetivos econômicos e sociais específicos.

As universidades promovem impactos, por exemplo, significativos diretos sobre o emprego na região. São importantes empregadoras de pessoal com nível elevado de qualificação, possuem alto poder de compra em nível local, contam com estudantes que muitas vezes são atraídos para a instituição, ajudando a incrementar a economia local. Efeitos dinâmicos significativos podem ser encontrados mediante a interação com a indústria.

Todos esses impactos podem ser produzidos mesmo na ausência de qualquer intervenção consciente por parte das universidades ou das instituições regionais. As universidades são em geral estabelecimentos dotados de um aparelho de gestão flexível e os efeitos benéficos de sua ação sobre uma região podem simplesmente resultar das prioridades que o pessoal universitário fixou para si mesmo em matéria de ensino e pesquisa. (UNESCO/CRUB, 1999, p. 393.)

¹⁰ Originalmente esta é a nota de número 1 de GARCIA *et al.* (2012, p. 2), que tem como conteúdo: “Como os processos de aprendizado interativo são recursivos e geram efeitos de retroalimentação, a interação universidade-empresa também proporciona efeitos positivos na pesquisa acadêmica.”

Universidades, no entanto, raramente têm uma jurisdição territorial bem definida. Com as transformações de ordem econômica surgidas na década de 1970, uma nova ordem mundial fez com que os mercados passassem a depender tanto das características do local de produção como do mercado nacional. O desafio para essas instituições de ensino passou, então, a ser o de em escala mundial dotar o mercado com uma vantagem local.

O sucesso regional tem sido caracterizado por uma série de modelos diferentes, mas todos estão de acordo no que diz respeito aos fatores que facilitam o sucesso: economias por reagrupamento, economias de escala, confiança redes de pequenas empresas e instituições de apoio. As estruturas e as formas de interação entre os produtores, os difusores e os usuários do saber têm um papel determinante para o sucesso da inovação. Tendo em vista que as tecnologias dependem tanto das pessoas e das idéias, como dos meios materiais, estima-se em geral que operações que envolvem uma larga interação e uma comunicação interativa são necessárias para facilitar a exploração. (UNESCO/CRUB, 1999, p. 395-396.)

Assim, pode-se inferir que a dinamização do desenvolvimento econômico e social de uma região dependerá do nível qualitativo da educação. Esse, por sua vez, possibilitará retornos crescentes no processo produtivo e estímulos para o crescimento da economia. É o que investigaremos na seção a seguir. Nela apresentamos a evolução da implantação da universidade nos contextos regionais do Brasil. Assim procedendo, preparamos uma moldura espaçotemporal que nos será útil para as análises do Capítulo 5.

3.2 A distribuição geográfica das universidades federais brasileiras

Alguns parâmetros iniciais precisam ser delineados, a fim de que possamos levar a termo a avaliação pretendida nesta dissertação. Primeiramente, um breve histórico de como as universidades foram implantadas no Brasil será apresentado, com destaque para alguns recortes históricos que compreendem períodos bastante importantes. Assim, em um momento inicial, as décadas de 1920 a 1940 são tratadas com importância especial não somente por terem sido momentos de modificações, que resultaram na transferência de foco do poder dos estados para uma perspectiva nacional. Esse foi um período no qual se aglutinaram os principais elementos formadores da universidade que conhecemos hoje.

Em segundo lugar, é importante acrescentar que o tratamento reservado para a evolução das universidades no país será o mesmo dado quando for citado de modo amplo o “ensino superior”, pois instituições de ensino superior, não necessariamente universidades, foram criadas e deram origem às universidades. Um terceiro ponto é que, além dos fatos históricos que colaboraram para o surgimento das universidades, o processo de federalização dessas, originado na década de 1960, será realçado por ter sido o “patrocinador” das configurações geográficas para organização e distribuição das universidades pelo território.

Isto posto, é importante lembrar algo já assinalado por nós: a instituição universidade é basicamente uma criação da cultura ocidental. Suas origens e importância como papel unificador da cultura medieval foram posteriormente alteradas, dando início à instituição que conhecemos atualmente, que exerce também um papel significativo no processo de consolidação dos Estados nacionais. Explica-se, assim, porque a existência ou não de universidades no período colonial do Brasil ainda é objeto de discussão de vários autores em suas interpretações diversas. MENDONÇA (2000) observa que, “se considerarmos a universidade como uma instituição específica da civilização ocidental, na forma em que se constituiu historicamente no contexto europeu, essa instituição não foi, ao longo do período colonial, implantada em nossas terras”. (MENDONÇA, 2000, p. 132.)

MENDONÇA (2000) afirma também que as primeiras instituições que se pode atribuir ao âmbito do ensino superior foram criadas por D. João VI, com a preocupação de articular a defesa militar da colônia, que se tornara a sede do governo português. Essa mesma preocupação pragmática de dotar a Corte na colônia de uma infraestrutura para sobrevivência fez com que fossem criados outros cursos na Bahia e no Rio de Janeiro. Pernambuco, Vila Rica e Paracatu–MG também tiveram cursos avulsos sendo ministrados, a fim de suprir lacunas no ensino das aulas régias.

As instituições criadas por iniciativa da Corte portuguesa foram mantidas pelos governos imperiais mesmo após a independência política do Brasil. MENDONÇA (2000) em outro momento destaca que “por sucessivas reorganizações, fragmentações e aglutinações, esses cursos criados por D. João VI dariam origem às escolas e faculdades profissionalizantes que vão constituir o conjunto de nossas instituições de ensino superior até a República. A esse conjunto, viriam se agregar os cursos jurídicos, criados apenas após a Independência, originariamente em São Paulo e Olinda (...)” (MENDONÇA, 2000, p. 134.)

CUNHA (*apud* Mendonça, 2000, p. 134), ao se referir a um debate acirrado que foi travado no Parlamento acerca da localização dos cursos jurídicos, argumenta que prevaleceu “a corrente que defendia a localização das academias fora do Rio de Janeiro e naquelas províncias onde foi mais forte o movimento pela independência”. Foi caracterizado, assim, que o critério nacionalista preponderou no momento de instalar os cursos em locais determinados.

Para LOPES (2002), no fim do Império o Brasil tinha seis estabelecimentos de ensino superior e nenhuma universidade. Foi necessário, de acordo com o mesmo autor, esperar-se até a Revolução Constitucionalista de 1932, liderada pelo Estado de São Paulo, para poder ser criada a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, uma vez que o decreto de 1920 que criou a Universidade do Rio de Janeiro

estabeleceu somente uma ligação entre faculdades existentes. A USP reformulou o conceito de universidade na época, chegando a contratar professores da Europa.

Somada à USP, segundo MENDONÇA (2000), outra experiência desenvolvida, a Universidade do Distrito Federal (UDF), criada por Anísio Teixeira em 1935 no Rio de Janeiro. Ela possuía a mesma base comum – apesar de diferenciadas –, no ideário do Manifesto de 32.¹¹ Outras seriam fontes originárias da Universidade do Brasil (UB), criada em 1937, tendo como inspirador Gustavo Capanema, consideradas universidade-padrão, modelo a ser adequado por outras instituições similares existentes no país.

A UDF sobreviveu somente até 1939, acabando sufocada por ser considerada uma instituição mais liberal. O papel modelar da UB ficou fadado ao fracasso, sendo a universidade extinta na década de 1960 durante a reforma universitária que estava em curso, passando a ser a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As décadas de 1950 e 1960 também foram marcantes por ter experiências incipientes que foram incorporadas à Reforma de 68. Não somente os acordos MEC-USAID¹² foram responsáveis pelo processo de modernização das universidades brasileiras, pois as reformas não poderiam acontecer impositivamente por meio de legislação. Concorreram para isso também o "ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico" (FÁVERO, 2006, p. 29). O projeto da Universidade de Brasília, por exemplo, de acordo com MENDONÇA (2000), foi implantado com uma enorme rapidez e teve professores recrutados entre "o que havia de melhor no país". (MENDONÇA, 2000, p. 144.)

Em 1968 a reforma do ensino superior e os marcos legais dos anos anteriores dotaram, realmente, as universidades de requisitos fundamentais para a sua existência. Tanto que na década de 1980 a universidade foi partícipe e beneficiária do processo de redemocratização do país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996 ao deixar de priorizar exames vestibulares, indo ao encontro de todas as legislações anteriores, priorizou o desempenho dos estudantes ao acesso às vagas dos cursos superiores. Dos anos 2000 em diante a política de educação universitária está pautada com maior destaque no Programa

¹¹ Documento marco na história que pensava não somente a educação. Faz referência a uma sociedade que deve se modernizar e construir uma identidade nacional tomando como base a educação popular, inserida na vida urbana e industrial.

¹² Os acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) objetivavam promover a reforma do ensino brasileiro.

de Apoio e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), inaugurado em 2007. Daí em diante, o processo é de construção contínuo da instituição em função do que a sociedade exigir.

O Brasil, após trilhar esse percurso citado anteriormente "en passant", demonstrou que construiu um parque científico e tecnológico respeitável. O recorte de dados espaciais referentes ao posicionamento das universidades pode demonstrar o aspecto estratégico do Estado especialmente no que se refere às políticas econômicas. É notório que grande parte das universidades federais teve origem em outras instituições que empreenderam pesquisas e o ensino e foram responsáveis por parte do desenvolvimento regional, antes de passarem pelo processo de federalização e adquirirem a nomenclatura atual. Exceção é a Universidade de Brasília, que surgiu com a construção de Brasília e teve como propósito uma nova concepção de universidade. No Capítulo 5, verificaremos se essa universidade corresponde aos anseios de sua criação no que concerne à sua qualidade por ter sua origem diferenciada. A Tabela 1 mostra a distribuição temporal de criação e de federalização das universidades federais brasileiras.

A federalização basicamente tinha a pretensão de dotar administrativamente o sistema de ensino superior, a fim de que cada estado da federação possuísse ao menos uma universidade federal consolidada. O grande ganho do Estado seria o da descentralização de algumas de suas funções – constituindo as autarquias ou as fundações¹³ –, mantendo a educação superior e promovendo a construção de um espaço público. A década áurea para a federalização das universidades no país foi 1960.

O desenvolvimento das regiões pautado pela federalização objetivava a interiorização da educação superior para as cidades levando em consideração tanto as vocações como as potencialidades de cada região. VASCONCELOS (2007, p. 109) evidencia que “tal interesse previa uma ligação direta dessas instituições no cumprimento de projeto de nação formulado pelo governo, de combinar, por meio das universidades, os arranjos produtivos locais, com as cadeias produtivas, setores econômicos e a sociedade civil (...)”. (VASCONCELOS, 2007, p. 109.)

Vale ressaltar que, no passado, a falta de uma política de educação superior pela União favoreceu a criação por parte de estados e municípios de suas universidades. Algumas universidades surgiram em razão da necessidade apresentada pelas cidades de criar essas instituições. É o caso dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco, que foram fundados no

¹³ Autarquias são pessoas jurídicas de direito público (só podem ser criadas pelo Estado). Fundações são pessoas jurídicas de direito privado (mesmo que o governo as estabeleçam). Autarquias exercem apenas atividades que se relacionam aos interesses da sociedade; fundações não têm a pretensão de obter retorno financeiro direto.

século XIX, mas tiveram suas universidades – renomadas até hoje – criadas apenas no século XX. Fenômeno importante acontece quando a União passa a estabelecer uma política de educação e de federalização das universidades, fazendo com que, a exemplo do Distrito Federal, as cidades passem a surgir com a estrutura de educação superior montada. Também é interessante observar que, mesmo as cidades que criaram suas universidades por força de uma “imposição” da cidade, essas passaram a ter um progresso maior do que locais que não possuem esse tipo de instituição consolidado.

O fenômeno da federalização tornou-se, assim, desde o seu início, um grande sustentáculo para o ideal desenvolvimentista, que tinha como meta inserir em possíveis espaços da federação uma universidade, instituição capaz de ser partícipe do desenvolvimento científico-tecnológico e formadora do capital humano necessário para a modernização do país. Hoje, a decisão de se criar uma universidade passa por decisão política, mas também por ações estratégicas do governo. O Ministério da Educação (MEC), por intermédio do e-SIC, Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, em resposta ao questionamento acerca dos critérios utilizados para a criação de universidades e novos *campi* no território nacional, informou que, entre outros, são considerados os seguintes parâmetros:

- Assimetrias regionais – População, localização geográfica, oferta de educação superior privada e pública (estadual, federal, técnica), microrregião, mesorregião, polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Vocação da região e políticas públicas em desenvolvimento na região. Arranjos produtivos locais, etc;
- Indicadores de desenvolvimento econômico e social (taxas de evolu o):  ndice de Desenvolvimento Humano (IDH),  ndice de Desenvolvimento da Educa o Básica (IDEB);
- Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) – perfil educacional da popula o (município, micro e mesorregião);
- Taxa de escolariza o líquida e bruta da popula o na educa o superior;
- Taxa de escolariza o líquida e bruta da popula o no ensino médio;
-  reas estratégicas (forma o de professores, saúde, agricultura, tecnologias, etc.)

Posteriormente   deciso de se criar uma universidade em território nacional,   formulado projeto de lei que viabiliza a forma o desse novo *campus*, projeto que   submetido   análise e aprova o pelo Congresso Nacional.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DE CRIAÇÃO E DE FEDERALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

DÉCADA DE CRIAÇÃO	UNIVERSIDADE	FEDERALIZAÇÃO
ANTES DE 1950	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1950
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1949
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1946
	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1960
	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1950
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1950
	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1962
	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1965
	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	2005
	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	1956
1950 – 1960	Universidade Federal de Goiás (UFG)	1960
	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1960
	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1960
	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1961
	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1966
	Universidade Federal do Pará (UFPA)	1957
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1960
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	2005
	Universidade Federal do Ceará (UFC)	1954
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	1960
	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1960
	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	2002
1961 – 1970	Fundação Universidade de Brasília (UnB)	1961
	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1968
	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	1961
	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	1969
	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	1969
	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	1968
	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	1967
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1969
	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1969
	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	2002
	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	1975
	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1968
	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	1969
	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1974
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	2005
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	1970	
1971 – 1980	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	1979
	Universidade Federal do Acre (UFAC)	1974
1981 – 1990	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	1982
	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	1986
	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	1989
1991 – 2000	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	1994
	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	1994
	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	2000
	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	1987
2001 – 2010	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	2009
	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	2005
	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	2002
	Universidade Federal do ABC (UFABC)	2005
	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	2009
	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	2008
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	2005
	Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	2002
	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	2008
	Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA)	2010
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	2005
	Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	2010

Fonte: elaboração própria, a partir de pesquisa documental (estatutos das IFES) e sites na Internet.

4. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

4.1 Os dados e as suas fontes

Iniciamos este capítulo lembrando a nossa pergunta orientadora da pesquisa: quais as relações (correlações) entre economias de aglomeração (materializadas no tamanho das cidades) e qualidade das universidades? Para obtermos essa resposta partindo de uma pesquisa bibliográfica, o primeiro passo necessário para nossa investigação empírica foi buscar um *ranking* de qualidade e alguns indicadores de economias de aglomeração capazes de nos fornecer as correlações. Realizada a opção pelos indicadores, o segundo passo consistiu em delimitar o universo de análise, definindo as correlações a serem examinadas. Por fim, o terceiro passo apoiou-se em realizar as correlações tomando como base procedimentos estatísticos, com o objetivo de obter as correlações desejáveis para análise e algumas conclusões.

O *ranking* de qualidade que atendeu as necessidades da pesquisa foi o *Ranking* Universitário Folha (RUF), uma listagem realizada no ano de 2012, com metodologia própria (ver <http://ruf.folha.uol.com.br/metodologia/>), que tem como referências avaliações internacionais consolidadas. O que chamou a atenção neste *ranking* é a sua capacidade de poder mesclar os indicadores que compõem a fórmula, atribuindo a eles diferentes pesos. A opção foi por utilizar na pesquisa os indicadores com os seguintes pesos: qualidade de ensino (20), qualidade de pesquisa (55), avaliação do mercado (20) e indicador de inovação (5).

Universidades federais e privadas, faculdades e centros universitários compõem o *ranking*, totalizando 232 instituições, sendo 191 universidades. Cinco universidades federais não figuram no RUF – Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB); Universidade Federal da Região do Cariri (UFRC); Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA); e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) –, por terem sido instituídas pelo governo federal, mas no momento da pesquisa não apresentarem os *campi* em atividade. O indicador escolhido teve publicação no ano de 2012, e a composição do RUF foi realizada pelo Instituto DataFolha no período de 29/3 a 19/6/2012.

A partir dessa escolha e partindo do pressuposto de que a universidade possui maior visibilidade no universo acadêmico e na sociedade em função da qualidade da pesquisa e da qualidade no processo ensino–aprendizagem, pois “o desafio figadal da universidade não é mais o ensino, e muito menos a extensão, mas **pesquisa**. Esta lhe define a alma, as outras funções detêm importância, mas são decorrentes” (DEMO, 2009, p. 54), optamos por realizar uma adaptação no RUF, utilizando apenas os resultados dos indicadores qualidade de pesquisa (55) e qualidade de ensino (20) – Tabela 6.

Realizada a adaptação, partimos para a seleção de variáveis que expressassem com mais exatidão o tamanho das cidades que integram os municípios urbanos do Brasil em economia e em população. Utilizamos indicadores extraídos da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para compor o estudo com base nas tabelas realizadas pelo Instituto no ano 2010 – População residente em domicílios e Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes. Passada esta etapa, suprimimos do *ranking* as instituições de

ensino que não nos interessava, ou seja, as que não eram universidades públicas federais, denominando-o, assim, de RUF adaptado.

4.2 Correlações buscadas

As correlações foram realizadas a partir de três vertentes nas quais pode ser analisado o *tamanho* das cidades: as perspectivas econômica, populacional e por rede de influência. Para tanto, fizemos a análise utilizando como base estudo do IBGE (*Cidades@*), que identificou no país a existência de uma rede urbana. A atual configuração da rede foi realizada por meio de comparação com estudos realizados pelo IBGE nos anos 1972, 1987 e 2000. A análise mostra as principais redes que integram os centros urbanos essenciais do Brasil, tomando como base a presença de órgãos do governo, de grandes empresas, de oferta de nível superior, além de outros itens. Interessante lembrar que essas redes em dado momento sobrepõe-se à divisão territorial local, demonstrando a influência das cidades em municípios que podem ser de outra região.

4.3 Testando possíveis correlações

Até agora vimos algumas relações, mas devemos explorar mais os dados em busca de algumas correlações. Para as perspectivas populacional e econômica foi utilizada a correlação de Spearman. O coeficiente de correlação de Spearman também é identificado como coeficiente de correlação de postos. Tal coeficiente nada mais é do que o coeficiente de correlação linear de Pearson aplicado a postos dos dados. A correlação de Spearman tem variação entre -1 e 1 e considera a aproximação dos extremos sempre uma maior relação entre as variáveis, ou seja, o sinal negativo da correlação significa que as variáveis variam em sentido contrário, tendo categorias mais elevadas de uma variável associação a categorias mais baixas de outra. As correlações realizadas entre os postos do RUF adaptado e os do PIB e da população informarão o tipo de relação encontrada nas correlações.

No caso da perspectiva por rede de influência, foram verificadas as médias dos valores do RUF adaptado pertencentes às universidades localizadas em regiões metropolitanas e a média fora dessas, tendo como objetivo a verificação de evidências que concluam onde a média do *ranking* adaptado é maior: em regiões metropolitanas (RM) ou fora delas. Outro resultado também com relação ao PIB levou em consideração a participação das metrópoles para composição do PIB nacional (Tabela 7).

Os dados para as correlações foram classificados com auxílio de ferramentas computacionais. O software utilizado foi o IBM Statistics Professional Edition – SPSS 19, permitindo que fossem automatizadas e executados os cálculos para a análise.

5. QUALIDADE DA UNIVERSIDADE E TAMANHO DAS CIDADES: CORRELAÇÕES EXISTENTES

As universidades estão preocupadas com o olhar externo e com a busca de instrumentos para mensurar suas qualidades e a excelência por razões importantes. É essencial lembrar que alguns conceitos nucleares em Ciências Sociais possuem significado controverso. Assim acontece com o conceito de Qualidade. Por isso, em um primeiro momento, discutiremos o assunto sem entrar na discussão sobre o termo e utilizaremos o conceito apenas em relação ao índice de produtos e serviços gerados pelas instituições. Posteriormente, iremos correlacionar a qualidade das universidades ao tamanho das cidades, explicitando como será realizada essa conexão.

Indicadores de qualidade podem, além de classificar ou ranquear as instituições, fazer com que elas percebam, em suas instâncias internas, o que deve ser feito em prol de melhorias. A importância da percepção das instituições de que essas devem partir “de dentro” das suas instalações é primordial para a melhoria da qualidade. O binômio *quantidade–igualdade* de oportunidades tomados anteriormente para a educação superior como condutores da prosperidade logo foi amainado quando se percebeu que a qualidade é essencial para a educação.

Para que a educação efetivamente produza os efeitos esperados, ela deve ser de qualidade. É precisamente o nível da qualidade da educação oferecida que faz a diferença, na hora da colheita dos seus benefícios sociais e individuais. (JULIATTO, 2005, p. 39.)

Mas questionar o desempenho das universidades federais é legítimo? Fato é que estamos vivenciando, com as cobranças da sociedade, exigências que tendem a crescer no futuro. Por isso, cabe às universidades o cuidado ao avaliar seus níveis de qualidade que sempre são rebatidos com a expectativa de aumento não somente da qualidade, mas também da quantidade de vagas destinadas a atender os egressos o ensino médio em face de fatores como a quantidade demandada da população.

A espaço-temporalidade acaba por não ser levada em consideração ao exigir qualidade na educação. A visão ampla de globalização – por sermos considerados cidadãos do mundo – aliada à visão local – por sermos habitantes de uma cidade/região/local – mostra-se dicotômica porque a sociedade quer vivenciar os mesmos parâmetros de qualidade das sociedades mais estruturadas. Assim, a situação brasileira ficou muito prejudicada porque antes de resolver o problema da quantidade deve-se pensar também no problema da qualidade. Há pouco mais de vinte anos, nosso país passou a se preocupar em avaliar a qualidade do ensino superior por meio de uma experiência positiva de avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com a pós-graduação. Aos poucos isso se ampliou para a

implementação na graduação. Posteriormente, conforme afirma JULIATTO (2005), formas de avaliação surgiram levando-se em conta aspectos mais amplos para avaliar as instituições; não somente os estudantes eram agora avaliados.¹⁴

No que concerne ao tamanho das cidades e sua relação com a qualidade das universidades, voltaremos mais uma vez ao assunto que foi tratado no Capítulo 2 desta dissertação. Uma das características das economias de urbanização citadas é o fato de essas serem economias externas que beneficiam indústrias pelo fato de estarem próximas a uma cidade. Partindo do princípio de que os processos inovativos das empresas requerem conhecimentos mais complexos que partem de universidades, podemos iniciar nossa investigação empírica com a hipótese de que a concentração espacial e, conseqüentemente, o tamanho das cidades *podem* aumentar à medida que as instituições propiciam melhores níveis de distribuição de renda, capital humano, alocação de recursos, poder político.

5.1 Qualidade por redes de influência e cidades

As redes de influência foram hierarquizadas em níveis de influência, de acordo com classificação do IBGE, sendo doze principais centros urbanos do país (metrópoles) como redes de primeiro nível com extensa área de influência direta: a) grande metrópole nacional – São Paulo, no primeiro nível da gestão territorial; b) metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília, juntamente com São Paulo estão no primeiro nível, pois constituem foco para outros centros localizados no país; c) metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre constituem o segundo nível de gestão territorial.

Capitais regionais, em particular, integram o segundo nível, com setenta centros que, do mesmo modo que as metrópoles, possuem influência de âmbito regional, embora menor que o dos principais centros. Os grupos são: Capital regional A, composto por onze cidades com média de 955 mil habitantes; Capital regional B, composto por vinte cidades com uma média de 435 mil habitantes; e Capital Regional C, composto por 39 cidades com média de 250 mil habitantes.

Constituem o nível imediatamente posterior os centros sub-regionais. Há neste nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas e área de atuação mais reduzida. Os Centros sub-regionais são

¹⁴ Para conhecer mais sobre a evolução das avaliações do ensino superior no Brasil, leia Marlis Morosini Polidori; Claisy M. Marinho-Araujo; e Gladys Beatrys Barreyro. *SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira*. Scielo Brasil: 2006.

divididos em Centro sub-regional A, com 85 cidades de adensamento de 95 mil habitantes em média, e Centro sub-regional B, com 79 cidades de adensamento médio de 71 mil habitantes.

Centros de zona são formados por 556 cidades de menor porte e com atuação imediata e restrita à sua área. Existem os Centros de Zona A (45 mil habitantes) e Centros de Zona B (23 mil habitantes). Além destes há os Centros Locais, predominantemente com população inferior a dez mil habitantes, correspondendo a 4.473 cidades com atuação restrita aos limites de seus municípios.

A correlação por rede de influência terá como base a presença das universidades em regiões metropolitanas do país ou a sua ausência nessas áreas (Tabelas 3 e 4), tendo como suporte os centros urbanos essenciais do Brasil descritos pelo IBGE. Foram calculados a média, o desvio padrão e a mediana do índice de qualidade nas regiões metropolitanas e fora dessas (Tabela 8), com o intuito de esclarecer a pergunta: universidades mais bem qualificadas estão localizadas dentro ou fora de regiões metropolitanas?

5.2 Qualidade e população

A possível correlação do índice de qualidade da universidade e a dimensão populacional dar-se-á com o *ranking* das populações elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Tabela 1378¹⁵ (anexo) – população residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio – *ranking* descendente. Apenas parte da tabela citada anteriormente figura nos Anexos, sendo privilegiadas as capitais, pois o quantitativo de municípios da tabela inteira é extenso, apesar de a Tabela 3 deste trabalho apresentar a posição no *ranking* além do que está nos Anexos. Caso haja interesse de verificação da tabela completa, essa pode ser encontrada integralmente no banco de dados do IBGE.

5.3 Qualidade e PIB

Sob a perspectiva econômica, o indicador utilizado para fins de correlação foi o Produto Interno Bruto a Preços Correntes (ano 2010 – Mil Reais), Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e Valor Adicionado Bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e por atividade econômica e respectivas participações – *ranking* descendente, elaborado pelo IBGE (Tabela 21¹⁶ – anexo). Pelos mesmos motivos citados anteriormente no caso da correlação sob a perspectiva populacional, apenas parte da Tabela

¹⁵ Tabela extraída do Banco de Dados Agregados do Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra.

¹⁶ *Idem*.

21 do IBGE figura nos Anexos, apesar de a Tabela 4 deste trabalho apresentar a posição no *ranking* além do que está nos Anexos. Para um melhor entendimento desta perspectiva, a participação do Produto Interno Bruto (PIB) das doze regiões metropolitanas para composição do PIB nacional também farão parte deste trabalho (Tabela 7).

5.4 As especificidades da UnB

Nesta seção, como descrito no Capítulo 3, observaremos a qualidade da Universidade de Brasília, apesar de ela ter surgido de maneira não-convencional como as demais universidades. A Universidade de Brasília (UnB), ao longo de sua trajetória, que partiu com a construção de Brasília, passou por momentos históricos relevantes, em que foram identificadas particularidades políticas, sociais e, principalmente, econômicas.

O grande diferencial da UnB das outras universidades federais talvez esteja na maneira como ela foi concebida. Diferentemente das outras universidades federais existentes no país, o surgimento da UnB ocorreu de maneira completamente inusitada, decorrente da percepção pelos governantes da época das alterações da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento. Com a UnB o processo de fixação de uma universidade em Brasília, capital do país, aconteceu antes mesmo da consolidação da cidade. Com as demais universidades as cidades estavam construídas, e a necessidade de colocar em seus cenários uma universidade para ajudar no desenvolvimento regional foi inevitável.

Os agentes sociais, privados e públicos, segundo ALBUQUERQUE (1998), a exemplo das universidades, podem atuar articuladamente para o desenvolvimento regional. No caso específico do Distrito Federal, “ao propor uma universidade *dentro* da cidade, como parte integrante do Plano, Lúcio Costa tinha em mente abrir perspectivas para atividades culturais de uma capital moderna.” (SALMERON, 2007, p. 36.)

A UnB foi fundada, segundo destaca SALMERON (2007), ainda que com o espírito de ser uma estrutura nova para o Brasil, representando uma fase na evolução das universidades brasileiras, não como modelo permanente. Uma das principais fraquezas das universidades era a modesta escala de atividades criadoras. O autor relata que a UnB surge para suprimir algumas deficiências do ensino superior, iniciando-se pela organização universitária em estruturas centrais e faculdades.

A proposta de Lúcio Costa talvez se encontrasse à frente do seu tempo, buscando uma integração entre sociedade e universidade, transpondo as barreiras existentes entre as duas e minimizando as diferenças tanto físicas como intelectuais. Possivelmente, para o urbanista modernista, a busca pela tão

disputada inclusão social, a sociedade cidadã e a geração de bens e riquezas para todos também fizesse parte de todo esse projeto de cidade.

Ao conferir substância e consistência à ideia de universalidade, a UnB acaba por articular o saber científico e a realidade que dão sustentação ao real. Por isso, hoje, Brasília, que acabou crescendo bastante em função de sua posição de destaque nacional, teve como suporte para o seu desenvolvimento a UnB, que mediante a formação de capital humano e a atuação em pesquisa e inovação tecnológica ajuda a manter Brasília na posição de líder institucional e metrópole de influência.

Na concepção de PAVIANI (2003), Brasília foi o grande trampolim para efetivar mudanças no Centro-Oeste. Para PAVIANI, foi Milton Santos quem melhor capturou o trinômio que envolvia Brasília: a construção – por “vontade criadora” –, a “dualidade” socioespacial – capital administrativa e canteiro de obras (a realidade planejada e a realidade condição para esta primeira) – e o “subdesenvolvimento” que envolviam (e envolvem) a capital.¹⁷ Hoje, o grande desafio da sociedade é fazer com que o subdesenvolvimento não vença a vontade criadora, pois é dessa confrontação que a cidade passa a ter a sua definição atual.

Quando Brasília foi construída e a UnB instalada, a perspectiva populacional de Brasília era a de acolher cerca de 500 mil habitantes. Hoje, diante de uma região metropolitana com mais de 2,5 milhões de habitantes e comprovadamente com uma universidade de qualidade – entre as dez melhores do país – a UnB é referência para o país e cumpre seu papel para o desenvolvimento de uma metrópole.

5.5 Correlações existentes

A Tabela 2 mostra o *ranking* RUF adaptado, onde figuram universidades em regiões metropolitanas das capitais e fora dessas, apesar de algumas estarem no mesmo estado. Nas metrópoles, 21 universidades estão presentes; 37 dessas apresentam-se fora das regiões metropolitanas das capitais. Observa-se que dos dez primeiros postos ocupados por universidades, sete desses são de instituições localizadas em metrópoles, apesar de o número de instituições nas metrópoles corresponder a 36,2% do total de universidades. A maioria das universidades (63,79%) está localizada em municípios capitais regionais e em municípios fora de capitais. As duas universidades que estão localizadas em municípios fora de capitais e que estão posicionadas nos 5º e 10º lugares do *ranking* são UFSCar e UFSM, respectivamente.¹⁸ Uma universidade

¹⁷ Para saber mais sobre o papel de Brasília no desenvolvimento do Centro-Oeste, leia Aldo Paviani, “Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise”, em Revista Território - Rio de Janeiro - Ano VII - no 11, 12 e 13 - set./out., 2003, p. 63-76.

¹⁸ A UFV também está localizada em município fora de capitais e ocupa o 11º lugar no *ranking* adaptado.

apenas está estabelecida em capital regional e classificada entre as dez com mais qualidade, de acordo com a classificação no ranking adaptado: UFSC.

TABELA 2
RANKING RUF (ADAPTADO) DE UNIVERSIDADES EM RM DAS CAPITAIS E FORA DAS RM

UNIVERSIDADES FEDERAIS EM REGIÕES METROPOLITANAS DAS CAPITAIS	RM	POSIÇÃO DA UNIVERSIDADE NO RANKING RUF (ADAPTADO)	UNIVERSIDADES FEDERAIS FORA DAS REGIÕES METROPOLITANAS DAS CAPITAIS	UF	POSIÇÃO DA UNIVERSIDADE NO RANKING RUF (ADAPTADO)
UFRJ	RJ	69,3 (1º)			
UFF	RJ	52,76 (12º)	-	RJ	-
UFRRJ	RJ	43,41 (27º)			
UNIRIO	RJ	33,8 (44º)			
UFMG	MG	68,76 (2º)	UFV	MG	54,72 (11º)
			UFLA	MG	51,27 (14º)
			UFU	MG	47,6 (18º)
			UFOP	MG	45,26 (23º)
			UFJF	MG	44,47 (24º)
			UNIFEI	MG	39,72 (34º)
			UNIFAL	MG	38,12 (36º)
			UFTM	MG	37 (38º)
			UFSJ	MG	32,46 (46º)
			UFVJM	MG	29,35 (51º)
UFRGS	RS	67,74 (3º)	UFSM	RS	55,55 (10º)
FURG	RS	43,92 (26º)	UFPeI	RS	50,95 (15º)
UFCSPA	RS	37,58 (37º)	UNIPAMPA	RS	34,14 (42º)
UnB	DF	60 (6º)	-	DF	-
UNIFESP	SP	58,45 (7º)	UFSCar	SP	60,21 (5º)
UFABC	SP	49 (17º)			
UFPR	PR	57,09 (8º)	UNILA	PR	4,92 (56º)
UTFPR	PR	30,23 (49º)			
UFPE	PE	56,97 (9º)	UNIVASF	PE	23,53 (54º)
UFRPE	PE	43,95 (25º)			
UFC	CE	52,03 (13º)	-	CE	-
UFBA	BA	50,77 (16º)	UFRB	BA	31,79 (47º)
UFG	GO	46,73 (20º)	-	GO	-
UFPA	PA	45,93 (21º)	UFOPA	PA	3,3 (57º)
UFRA	PA	29,91 (50º)			
UFAM	AM	36,71 (39º)	-	AM	-
UFSC	SC	60,25 (4º)	UFFS	SC	3,22 (58º)
UFRN	RN	47,57 (19º)	UFERSA	RN	34,48 (41º)
UFPB	PB	45,49 (22º)	UFCEG	PB	43,19 (29º)
UFES	ES	43,35 (28º)	-	ES	-
UFMT	MT	42,38 (30º)	-	MT	-
UFAL	AL	41,5 (31º)	-	AL	-
UFMS	MS	41,24 (32º)	UFGD	MS	33,88 (43º)
UFS	SE	40,51 (33º)	-	SE	-
UFMA	MA	38,61 (35º)	-	MA	-
UFPI	PI	35,46 (40º)	-	PI	-
UFAC	AC	32,74 (45º)	-	AC	-
UFT	TO	31,69 (48º)	-	TO	-
UFRR	RR	25,21 (52º)	-	RR	-
UNIR	RO	23,59 (53º)	-	RO	-
UNIFAP	AP	17,26 (55º)	-	AP	-

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Instituto DataFolha (2012).

RM – Região metropolitana; UF – Unidade da federação.

Metrópoles

Municípios capitais regionais

municípios fora de capitais

A Tabela 3 – *Rankings* de Universidades em RM e em Capitais Regionais discrimina em suas colunas os seguintes elementos: região metropolitana a que a universidade pertence; município de localização de seu *campus* sede; classificação do nível de influência que o município, segundo as redes de influência classificadas pelo IBGE; posição da instituição no *ranking* RUF adaptado somente com os critérios de qualidade das universidades; *ranking* população (mil) do IBGE; e *ranking* PIB (mil reais) também do IBGE.

Por meio da Tabela 3 torna-se mais fácil a visualização, por exemplo, de que as universidades mais bem colocadas no *ranking* RUF adaptado estão localizadas em espaços geográficos que apresentam destaque nos *rankings* PIB e População do IBGE. Nestes últimos *rankings* sete entre as dez primeiras universidades figuram em regiões metropolitanas com classificação de Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole. O oitavo lugar do PIB pertence ao município Guarulhos/SP, por isso, não aparece esse posto na tabela. A exceção é a UFSC, que está classificada em 4º lugar no RUF adaptado, mesmo sem pertencer à classificação de metrópoles do IBGE, nem tendo alto índice de população e de PIB.

TABELA 3
RANKINGS DE UNIVERSIDADES EM RM E EM CAPITAIS REGIONAIS

RM	UNIVERSIDADES FEDERAIS EM RM E EM CAPITAIS REGIONAIS	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO (CAMPUS SEDE)	INFLUÊNCIA MUNICÍPIO (CLASSIFICAÇÃO IBGE)	POSIÇÃO NO RANKING RUF (ADAPTADO)	RANKING POPULAÇÃO (IBGE) Mil	RANKING PIB (IBGE) Mil reais
RJ RJ RJ RJ	UFRJ UFF UFRRJ UNIRIO	Capital Capital Capital Capital	Metrôpole Nacional	69,3 (1º) 52,76 (12º) 43,41 (27º) 33,8 (44º)	6.320.446 (2º)	190.249.043 (2º)
MG	UFMG	Capital	Metrôpole	68,76 (2º)	2.375.151 (6º)	51.661.760 (5º)
RS RS RS	UFRGS FURG UFCSPA	Capital Capital Capital	Metrôpole	67,74 (3º) 43,92 (26º) 37,58 (37º)	1.409.351 (10º)	43.038.100 (7º)
DF	UnB	Capital	Metrôpole Nacional	60 (6º)	2.570.160 (4º)	149.906.319 (3º)
SP SP	UNIFESP UFABC	Capital Capital	Grande Metrôpole Nacional	58,45 (7º) 49 (17º)	11.253.503 (1º)	443.600.102 (1º)
PR PR	UFPR UTFPR	Capital Capital	Metrôpole	57,09 (8º) 30,23 (49º)	1.751.907 (8º)	53.106.497 (4º)
PE PE	UFPE UFRPE	Capital Capital	Metrôpole	56,97 (9º) 43,95 (25º)	1.537.704 (9º)	30.032.003 (14º)
CE	UFC	Capital	Metrôpole	52,03 (13º)	2.452.185 (5º)	37.106.309 (9º)

BA	UFBA	Capital	Metrópole	50,77 (16°)	2.675.656 (3°)	36.744.670 (10°)
GO	UFG	Capital	Metrópole	46,73 (20°)	1.302.001 (12°)	24.445.744 (21°)
PA PA	UFPA UFRA	Capital Capital	Metrópole	45,93 (21°) 29,91 (50°)	1.393.399 (11°)	17.987.323 (27°)
AM	UFAM	Capital	Metrópole	36,71 (39°)	1.802.014 (7°)	48.598.153 (6°)
SC	UFSC	Capital	Capital Regional A	60,25 (4°)	421.240 (47°)	9.806.534 (55°)
RN	UFRN	Capital	Capital Regional A	47,57 (19°)	803.739 (20°)	11.997.401 (42°)
PB	UFPB	Capital	Capital Regional A	45,49 (22°)	723.515 (24°)	9.805.587 (56°)
ES	UFES	Capital	Capital Regional A	43,35 (28°)	327.801 (70°)	24.969.295 (20°)
MT	UFMT	Capital	Capital Regional A	42,38 (30°)	551.098 (35°)	11.051.628 (46°)
AL	UFAL	Capital	Capital Regional A	41,5 (31°)	932.748 (17°)	12.114.090 (41°)
MS	UFMS	Capital	Capital Regional A	41,24 (32°)	786.797 (22°)	13.875.046 (36°)
SE	UFS	Capital	Capital Regional A	40,51 (33°)	571.149 (33°)	8.751.494 (65°)
MA	UFMA	Capital	Capital Regional A	38,61 (35°)	1.014.837 (15°)	17.915.048 (28°)
PI	UFPI	Capital	Capital Regional A	35,46 (40°)	814.230 (19°)	10.539.378 (49°)
AC	UFAC	Capital	Capital Regional C	32,74 (45°)	336.038 (66°)	4.311.124 (131°)
TO	UFT	Capital	Capital Regional A	31,69 (48°)	228.332 (111°)	3.927.446 (147°)
RR	UFRR	Capital	Capital Regional C	25,21 (52°)	284.313 (87°)	4.659.977 (121°)
RO	UNIR	Capital	Capital Regional A	23,59 (53°)	428.527 (46°)	7.522.929 (72°)
AP	UNIFAP	Capital	Capital Regional C	17,26 (55°)	398.204 (53°)	5.215.130 (104°)

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Instituto DataFolha (2012) e do banco de dados do IBGE (2013).

A exemplo do que foi exposto na Tabela 3, a Tabela 4 possui a mesma função, só que com um diferencial, para efeito de uma melhor apreciação dos resultados, os *rankings* apresentados são de

universidades fora de regiões metropolitanas e em capitais regionais e centros sub-regionais, de acordo com classificação do IBGE.

Chama atenção na Tabela 4, o fato de as universidades de São Carlos e de Santa Maria ocuparem as posições no RUF adaptado entre as dez primeiras universidades, nos 5º e 10º lugares, respectivamente. Nestes casos, acreditamos que fatores como o processo de formação das universidades e a proximidade da capital, principalmente, favorecem o entendimento das posições no *ranking* adaptado.

A UFSCar possui três *campi*. O principal está localizado em São Carlos, distante 235 quilômetros da capital; o *campus* de Araras está a 170 quilômetros da capital; e por último o mais moderno *campus*, localizado em Sorocaba, dista 95 quilômetros da capital. A UFSM, curiosamente, apesar de emprestado a Santa Maria o título de cidade universitária, em decorrência da qualidade e excelência de suas atividades, está localizada a 230 quilômetros da capital.

Mesmo as outras universidades da Tabela 4 que estão mais bem posicionadas no *ranking* adaptado possuem a mesma característica: a proximidade de suas capitais, ao passo que universidades mais distantes das capitais têm um desempenho menos satisfatório. A título de exemplo, podemos observar as distâncias da capital dos *campi* sede de algumas instituições. A UFU ocupa o 11º lugar e está a 227 quilômetros de Belo Horizonte; a UFLA está no 14º lugar e está a 237 quilômetros da capital; a UFFS, 58º no *ranking*, está distante 550 quilômetros da capital; e a UFOPA (57º lugar) está no município de Santarém/PA, a 1.449 quilômetros de Belém.

TABELA 4
RANKINGS DE UNIVERSIDADES FORA DE RM

UNIVERSIDADES FEDERAIS FORA DAS RM	UF	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO (CAMPUS SEDE)	CLASSIFICAÇÃO (IBGE)	POSIÇÃO NO RANKING RUF (ADAPTADO)	RANKING POPULAÇÃO (IBGE) mil	RANKING PIB (IBGE) Mil reais
UFV	MG	Viçosa	Centro Sub-regional B	54,72 (11°)	72.220 (411°)	9.597,12 (597°)
UFLA	MG	Lavras	Centro Sub-regional A	51,27 (14°)	92.200 (307°)	15.830,10 (321)
UFU	MG	Uberlândia	Capital Regional B	47,6 (18°)	604.013 (30°)	18.286.904 (26°)
UFOP	MG	Ouro Preto	Capital Regional B	45,26 (23°)	70.281 (421°)	5.478.637 (101°)
UFJF	MG	Juiz de Fora	Capital Regional B	44,47 (24°)	516.247 (36°)	8.314.431 (67°)
UNIFEI	MG	Itajubá	Centro Sub-regional B	39,72 (34°)	90.658 (311°)	18.615,33 (286°)
UNIFAL	MG	Alfenas	Centro Sub-regional A	38,12 (36°)	73.774 (400°)	17.400,91 (364°)
UFTM	MG	Uberaba	Capital regional C	37 (38°)	295.988 (81°)	7.155.214 (78°)
UFSJ	MG	São João del-Rei	Centro Sub-regional B	32,46 (46°)	84.469 (333°)	11.705,69 (444°)
UFVJM	MG	Diamantina	Centro de Zona A	29,35 (51°)	45.880 (659°)	7.749,66 (1.016°)
UFSM	RS	Santa Maria	Capital Regional B	55,55 (10°)	261.031 (94°)	4.103.230 (142°)
UFPeI	RS	Pelotas	Capital Regional C	50,95 (15°)	328.275 (69°)	4.564.464 (122°)
UNIPAMPA	RS	Bagé	Centro Sub-regional A	34,14 (42°)	116.794 (225°)	12.251,59 (327°)
UFSCar	SP	São Carlos	Capital Regional B	60,21 (5°)	221.950 (113°)	5.132.240 (108°)
UNILA	PR	Foz do Iguaçu	Capital Regional C	4,92 (56°)	256.088 (97°)	6.76.175 (83°)
UNIVASF	PE	Petrolina	Capital Regional B	23,53 (54°)	293.962 (84°)	3.149.160 (177°)
UFRB	BA	Cruz das Almas	Centro Sub-regional B	31,79 (47°)	116.794 (510°)	12.251,59 (848°)
UFOPA	PA	Santarém	Capital Regional C	3,3 (57°)	294.580 (83°)	6.959,67 (247°)
UFFS	SC	Chapecó	Capital Regional B	3,22 (58°)	183.530 (148°)	4.149.295 (140°)
UFERSA	RN	Mossoró	Capital Regional C	34,48 (41°)	259.815 (95°)	3.496.776 (161°)
UFMG	PB	Campina Grande	Capital Regional B	43,19 (29°)	385.213 (56°)	4.336.824 (130°)
UFGD	MS	Dourados	Capital Regional C	33,88 (43°)	196.035 (136°)	3.543.858 (158°)

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Instituto DataFolha (2012) e do banco de dados do IBGE (2013).

Com a Tabela 5 buscamos especificar a universidade federal mais bem posicionada nos municípios mais populosos, que em alguns casos possuem mais de uma universidade federal estabelecida. Fica evidente certa relação entre densidade demográfica municipal e densidade qualitativa das universidades nela localizadas. No entanto, há notáveis exceções. Uma delas é São Paulo, onde a presença da Universidade de São Paulo (USP), estadual, relativiza a colocação da UNIFESP.

Belém, Fortaleza, Salvador e Goiânia apresentam uma “relação negativa”: suas densidades demográficas parecem estar descoladas negativamente da qualidade de suas universidades federais. Já Belo Horizonte e Porto Alegre apresentam uma “relação positiva”.

TABELA 5
RANKINGS DAS METRÓPOLES

PRINCIPAIS CENTROS URBANOS (METRÓPOLES/IBGE)	DOZE MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO BRASIL (IBGE)	POSIÇÃO DA UNIVERSIDADE NO RANKING RUF (ADAPTADO)	UNIVERSIDADE FEDERAL MAIS BEM COLOCADA NO RANKING RUF (ADAPTADO)
São Paulo	1º	7º	UNIFESP
Rio de Janeiro	2º	1º	UFRJ
Brasília	4º	6º	UnB
Manaus	7º	9º	UFAM
Belém	11º	21º	UFPA
Fortaleza	5º	13º	UFC
Recife	9º	9º	UFPE
Salvador	3º	16º	UFBA
Belo Horizonte	6º	2º	UFMG
Curitiba	8º	8º	UFPR
Goiânia	12º	20º	UFG
Porto Alegre	10º	3º	UFRGS

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Instituto DataFolha (2012) e do banco de dados do IBGE (2013).

A proposta da Tabela 6 é a de mostrar o *ranking* geral adaptado das universidades, especificando a pontuação da instituição na qualidade do ensino e na qualidade da pesquisa. Propomos aqui realizarmos uma analogia desta tabela com o Campeonato Brasileiro de Futebol. *Grosso modo*, no Campeonato Brasileiro são disputadas as séries A, B e C. Na Série A, estão os vinte times da denominada elite do futebol nacional, geralmente aqueles com tradição no esporte. Na Série B, mais vinte times disputam o campeonato; bons times, mas que possuem algumas dificuldades em manter uma regularidade tanto nas suas partidas, como nas contratações de profissionais e de manutenção da infraestrutura necessária para a realização dos trabalhos. Na Série C estão alocados aqueles times que possuem mais dificuldades ainda. Além das citadas anteriormente pelos times da Série B, somam-se a esses embaraços para pagamentos de contas e de manutenção de seu plantel. Por fim, temos os times da Série D, que lutam para se manter no campeonato,

apesar das poucas oportunidades de mudança de suas condições. No campeonato, bem como nesta Tabela 6 de qualidade das universidades, os times (universidades) passam por essas situações e têm uma pontuação na tabela, os *rankings* realizados por vários atores interessados nos seus desempenhos.

TABELA 6

RANKING ADAPTADO ISOLADOS DO RANKING ORIGINAL QUALIDADE DE ENSINO (MÁXIMO DE 20) E QUALIDADE DE PESQUISA (MÁXIMO DE 55)

SÉRIES	RANKING 2012	UNIVERSIDADE	UF	QUALIDADE DE ENSINO	QUALIDADE DE PESQUISA	TOTAL
A	1	Univ. Fed. do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	16,27	53,03	69,3
	2	Univ. Fed. de Minas Gerais (UFMG)	MG	16,21	52,55	68,76
	3	Univ. Fed. do Rio Grd. do Sul (UFRGS)	RS	15,17	52,57	67,74
	4	Univ. Fed. de Santa Catarina (UFSC)	SC	8,78	51,47	60,25
	5	Univ. Fed. de São Carlos (UFSCar)	SP	8,61	51,6	60,21
	6	Univ. de Brasília (UnB)	DF	9,7	50,3	60
	7	Univ. Fed. de São Paulo (Unifesp)	SP	5,31	53,14	58,45
	8	Univ. Fed. do Paraná (UFPR)	PR	7,06	50,03	57,09
	9	Univ. Fed. de Pernambuco (UFPE)	PE	8,05	48,92	56,97
	10	Univ. Fed. de Santa Maria (UFSM)	RS	6,18	49,37	55,55
B	11	Univ. Fed. de Viçosa (UFV)	MG	5,65	49,07	54,72
	12	Univ. Fed. Fluminense (UFF)	RJ	4,43	48,33	52,76
	13	Univ. Fed. do Ceará (UFC)	CE	2,3	49,73	52,03
	14	Univ. Fed. de Lavras (Ufla)	MG	3,68	47,59	51,27
	15	Univ. Fed. de Pelotas (UFPel)	RS	3,82	47,13	50,95
	16	Univ. Fed. da Bahia (UFBA)	BA	2,78	47,99	50,77
	17	Fund. Univ. Fed. do ABC (UFABC)	SP	0,83	48,17	49
	18	Univ. Fed. de Uberlândia (UFU)	MG	1,18	46,42	47,6
	19	Univ. Fed. do Rio Grd. do Norte (UFRN)	RN	2,81	44,76	47,57
	20	Univ. Fed. de Goiás (UFG)	GO	1	45,73	46,73
C	21	Univ. Fed. do Pará (UFPA)	PA	3,13	42,8	45,93
	22	Univ. Fed. da Paraíba (UFPB)	PB	0	45,49	45,49
	23	Univ. Fed. de Ouro Preto (UFOP)	MG	2,01	43,25	45,26
	24	Univ. Fed. de Juiz de Fora (UFJF)	MG	1,24	43,23	44,47
	25	Univ. Fed. Rural de Pernambuco (UFRPE)	PE	1	42,95	43,95
	26	Univ. Fed. do Rio Grande (Furg)	RS	2,49	41,43	43,92
	27	Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	RJ	1	42,41	43,41
	28	Univ. Fed. do Espírito Santo (Ufes)	ES	0	43,35	43,35
	29	Univ. Fed. de Campina Grd. (UFCG)	PB	3,33	39,86	43,19
	30	Univ. Fed. de Mato Grosso (UFMT)	MT	0	42,38	42,38

D	31	Univ. Fed. de Alagoas (Ufal)	AL	0	41,5	41,5
	32	Univ. Fed. de Mato Grosso do Sul (UFMS)	MS	1	40,24	41,24
	33	Univ. Fed. de Sergipe (UFS)	SE	0,66	39,85	40,51
	34	Univ. Fed. de Itajubá (Unifei)	MG	2,01	37,71	39,72
	35	Univ. Fed. do Maranhão (UFMA)	MA	0,47	38,14	38,61
	36	Univ. Fed. de Alfenas (Unifal-MG)	MG	0	38,12	38,12
	37	Fund. Univ. Fed. de Cienc. da Saúde de P. Alegre (UFCSPA)	RS	0	37,58	37,58
	38	Univ. Fed. do Triângulo Mineiro (UFTM)	MG	0	37	37
	39	Univ. Fed. do Amazonas (Ufam)	AM	0	36,71	36,71
	40	Univ. Fed. do Piauí (UFPI)	PI	0	35,46	35,46
	41	Univ. Fed. Rural do Semi-árido (Ufersa)	RN	0	34,48	34,48
	42	Fund. Univ. Fed. do Pampa (Unipampa)	RS	0	34,14	34,14
	43	Fund. Univ. Fed. da Grd. Dourados (UFGD)	MS	0	33,88	33,88
	44	Univ. Fed. do Est. do Rio de Janeiro (Unirio)	RJ	0,42	33,38	33,8
	45	Univ. Fed. do Acre (UFAC)	AC	0	32,74	32,74
	46	Univ. Fed. de São João Del Rei (UFSJ)	MG	0	32,46	32,46
	47	Univ. Fed. do Recôncavo da Bahia (UFRB)	BA	0	31,79	31,79
	48	Fund. Univ. Fed. do Tocantins (UFT)	TO	1	30,69	31,69
49	Univ. Tecnológica Fed. do Paraná (UTFPR)	PR	1	29,23	30,23	
50	Univ. Fed. Rural da Amazônia (Ufra)	PA	0	29,91	29,91	
51	Univ. Fed. Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	MG	0	29,35	29,35	
52	Univ. Fed. de Roraima (UFRR)	RR	0	25,21	25,21	
53	Fund. Univ. Fed. de Rondônia (Unir)	RO	0	23,59	23,59	
54	Fund. Univ. Fed. do Vale do São Francisco (Univasf)	PE	0	23,53	23,53	
55	Univ. Fed. do Amapá (Unifap)	AP	0	17,26	17,26	
56	Univ. Fed. da Int. Latino-Americana (Unila)	PR	0	4,92	4,92	
57	Univ. Fed. do Oeste do Pará (Ufopa)	PA	0	3,3	3,3	
58	Univ. Fed. da Fronteira Sul (UFFS)	SC	0	3,22	3,22	

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Instituto DataFolha (2012).

*As universidades Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Universidade Federal da Região do Cariri (UFRC), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) não figuraram no RUF.

Universidades de elite, da Série A, estão localizadas, de acordo com a nossa tabela do campeonato, nas dez primeiras colocações; da Série B, nas próximas dez; da Série C, nas próximas vinte colocações; e finalmente as da Série D estão nas 18 posições restantes. Anualmente, dependendo do desempenho desses times, eles correm o risco de serem rebaixados e terem de se esforçar posteriormente para retomar o lugar outrora conquistado. Da mesma forma que acontece no Campeonato Brasileiro, os times costumam aprender com seus erros e melhorar a cada ano, almejando sempre melhores colocações e uma posição de destaque na elite. Vejamos na Tabela 7 as posições das universidades no *ranking* adaptado, de acordo com a rede de influência e as séries a que pertencem.

TABELA 7
SÉRIES x REDE DE INFLUÊNCIA

	AS 10 PRIMEIRAS (Série A)	DA 11^a À 20^a COLOCADAS (Série B)	DA 21^a À 40^a COLOCADAS (Série C)	DA 41^a À 58^a COLOCADAS (Série D)
GRANDE METRÓPOLE NACIONAL	1 UNIFESP	1 UFABC	-	-
METRÓPOLE NACIONAL	2 UFRJ UnB	1 UFF	1 UFRRJ	1 UNIRIO
METRÓPOLE	4 UFMG UFRGS UFPR UFPE	3 UFC UFBA UFG	5 UFPA UFRPE FURG UFCSPA UFAM	2 UTFPR UFRA
CAPITAIS REGIONAIS	3 UFSC UFSCar UFMS	3 UFPeI UFU UFRN	12 UFPB UFOP UFJF UFES UFCG UFMT UFAL UFMS UFS UFMA UFTM UFPI	11 UFERSA UFGD UFAC UFT UFRR UNIR UNIVASF UNIFAP UNILA UFOPA UFFS
CENTROS DE ZONA	-	-	-	1 UFVJM
CENTROS SUB- REGIONAIS	-	2 UFV UFLA	2 UNIFEI UNIFAL	3 UNIPAMPA UFSJ UFRB

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do RUF adaptado e do IBGE (*Cidades@*).

Na Tabela 8, observamos a participação no PIB nacional, em pontos percentuais na década 1999/2009, das doze regiões metropolitanas das redes de influência. As metrópoles fecham a década com uma representação bastante expressiva na composição do PIB nacional – 47,47%. Podemos observar também que a maior evolução em termos de participação foi a de Brasília, com uma variação no PIB de 1,82 pontos percentuais na década observados na região metropolitana.

TABELA 8
PARTICIPAÇÃO DAS DOZE METRÓPOLES NO PIB NACIONAL (%) – 1999/2009

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO METROPOLITANA		NÚCLEO METROPOLITANO		PERIFERIA METROPOLITANA	
	1999 (em %)	2009 (em %)	1999 (em %)	2009 (em %)	1999 (em %)	2009 (em %)
São Paulo	18,58	18,93	11,56	12,02	7,02	6,91
Rio de Janeiro	8,21	7,81	5,55	5,43	2,66	2,39
Brasília	2,41	4,23	2,29	4,06	0,13	0,17
Belo Horizonte	3,26	3,13	1,48	1,38	1,78	1,75
Porto Alegre	3,24	2,95	1,13	1,17	2,12	1,78
Curitiba	2,25	2,49	1,28	1,41	0,97	1,07
Salvador	2,32	2,12	0,99	1,01	1,33	1,11
Recife	1,71	1,58	0,89	0,77	0,82	0,81
Fortaleza	1,27	1,34	0,93	0,98	0,34	0,36
Manaus	1,36	1,28	1,33	1,25	0,03	0,03
Goiânia	0,71	0,97	0,53	0,66	0,19	0,31
Belém	0,59	0,65	0,48	0,51	0,12	0,14
12 RMs	45,92	47,47	28,42	30,64	17,50	16,83
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Cofecon (quadro extraído do banco de dados do IBGE 2013).

Com relação ao PIB, as doze metrópoles analisadas no ano de 2009 são responsáveis por 47,47% da composição do PIB nacional, tendo um aumento percentual da ordem de 1,55 ponto percentual do PIB das regiões metropolitanas na década analisada (1999-2009), que anteriormente era de 45,92%. É importante notar que essas metrópoles correspondem a pouco mais dos 4% do total de municípios brasileiros. Possivelmente, a presença de universidades de qualidade tenha participação nessa evolução, uma vez que historicamente o peso do setor industrial vem se retraindo nas últimas décadas.

Para as correlações entre o *ranking* adaptado das universidades federais e a população local onde essas se encontram instaladas e entre o *ranking* adaptado das universidades federais e o PIB do município em que se encontram, os valores encontrados com base na correlação de Spearman foram iguais a **0,416** e **0,46**, respectivamente, o que indica a existência de uma relação moderada e positiva entre as melhores colocações no *ranking* adaptado e as variáveis comparadas.

Ao concluir a comparação das médias dos valores dos RUFs, a fim de obter evidências que concluam que a média do *ranking* adaptado das regiões metropolitanas é maior, temos:

TABELA 9
RUF ADAPTADO SEGUNDO O MUNICÍPIO DA UNIVERSIDADE

ESTATÍSTICA	UNIVERSIDADES EM METRÓPOLES	UNIVERSIDADES FORA DE REGIÃO METROPOLITANA	UNIVERSIDADES EM CAPITAIS REGIONAIS	UNIVERSIDADES EM CAPITAIS REGIONAIS E EM CENTROS SUB-REGIONAIS
Média	49,34	36,91	37,79	36,32
Desvio padrão	12,5	14,04	10,67	16,16
Mediana	49	38,61	40,51	37,56

Fonte: elaboração própria, a partir de procedimento estatístico.

Note-se que a média de qualidade das universidades localizadas em metrópoles é sempre maior do que as localizadas em capitais regionais e em centros sub-regionais, bem como a média das capitais regionais é maior do que as médias do grupo localizado em outras capitais regionais e em centros sub-regionais. O desvio padrão também aponta para uma maior variação dos valores relativos à qualidade em capitais regionais e em centros sub-regionais, locais onde há menor concentração populacional e com PIB menos significativo.

Assim, podemos concluir que há indícios de uma relação moderada e positiva tanto para as universidades mais bem colocadas no RUF adaptado e o tamanho da população como para as universidades mais bem colocadas no RUF adaptado e o PIB municipal da população. Concluimos também que as universidades federais localizadas em regiões metropolitanas possuem médias do RUF adaptado maiores do que as localizadas em outros municípios. Então, pode-se sugerir que esses traços indicam que em cidades mais ricas – em população e em economia – encontram-se as universidades de melhor qualidade, como, por exemplo, na UFRJ, que é a primeira do *ranking* adaptado de qualidade das universidades e está localizada em uma metrópole nacional que é segundo lugar em população no Brasil e segundo lugar no PIB nacional; a UFMG, segunda do *ranking* adaptado de qualidade, e estado sexto lugar em população e quinto no PIB; a UNIFESP, sétimo lugar no *ranking* adaptado de qualidade, com a Grande Metrópole Nacional primeira em população e PIB.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo observou que a escassez de infraestrutura econômica estimula a concentração ou a aglomeração de atividades em alguns centros urbanos. Contudo, a partir de determinado tamanho, cidades apresentam dificuldades e necessidades que influenciam diretamente nas condições de habitabilidade dessas. Governo, universidades e empresas surgem tendo papel fundamental diante do planejamento como ferramenta de organização demográfica.

Especificamente, a universidade é uma fonte potencial de contribuição para o desenvolvimento ou para o crescimento econômico de uma região, com foco na formação de recursos humanos altamente qualificados e na inovação de tecnologias que geram novos conhecimentos.

Este trabalho também sugeriu que as atividades das universidades poderão gerar externalidades de proximidade, comumente chamadas “spillovers” de conhecimento. O conceito de externalidade foi tratado na dissertação como um eixo principal determinante para o crescimento maior ou menor das cidades, sendo a resultante das forças positivas e negativas dessas externalidades preponderante para a localização de empresas e universidades no local.

Focamos também a discussão sobre o tamanho ótimo das cidades, observando que a formação dessas não se trata apenas de um fenômeno de urbanização, mas de outras questões, como sociais, de governabilidade e econômicas, envolvendo desde a atratividade até a competitividade dos territórios. Universidades fazem parte dessa competitividade, a fim de tornar as cidades mais atrativas, produtivas e eficientes.

Partindo do impacto econômico realizado pelas universidades sobre as regiões, percebemos que a pesquisa, principalmente, e o processo ensino–aprendizagem são basicamente observados como atividades formais da universidade, apesar das denominadas *terceiro papel* terem importância ímpar para se considerar as universidades vantagens competitivas para o desenvolvimento regional.

A localização das universidades teve uma distinção à parte no trabalho, ao ser tratada como universidades que “estão” na região e as que “são” da região, e a sua interdependência com as esferas institucionais que criam a dinâmica do desenvolvimento, a chamada hélice tripla (HT).

O trabalho perpassou as transformações de ordem econômica da década de 1970, que obrigaram os mercados a depender tanto de características do local de produção como do mercado nacional. Universidades tiveram de se reinventar neste momento, obrigando-as também a dotar o mercado de uma

vantagem local. Conseqüentemente, a dinamização do desenvolvimento econômico e social dependerá do nível qualitativo da educação superior, em especial das universidades federais.

O fenômeno da federalização, muito importante para a história das universidades em nossa nação, também foi realçado no trabalho, por dotar o Brasil de uma nova configuração geográfica para a organização e distribuição das universidades pelo território, provendo o país de um quantitativo de 62 universidades federais que, em grande parte, tiveram sua origem em outras instituições responsáveis pelo desenvolvimento regional e com tradição no ensino superior.

A Universidade de Brasília mereceu destaque por se tratar de uma universidade com características diferenciadas, fruto da visão dos governantes da época, que perceberam as alterações decorrentes da passagem da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento.

Brasília é considerada metrópole nacional na classificação das regiões metropolitanas realizada pelo IBGE, possui o terceiro maior PIB do país e é a quarta região mais populosa do país. A UnB está classificada como a sexta melhor universidade em qualidade do Brasil e está entre as primeiras em qualidade. Não obstante ainda ser uma universidade jovem, é motivo de orgulho para a comunidade brasiliense e para a nação, que a vê como parceira e atuante em seu negócio. Apresenta-se, assim, também como uma universidade atenta não somente aos problemas nacionais e internacionais, mas atuando diretamente nas problemáticas locais e regionais. Na reafirmação de sua identidade, a UnB, em suas ações contextualizadas espaço-temporalmente, dota o mercado sendo uma vantagem local, participando como ator social importante para o desenvolvimento econômico da região onde se insere.

Por fim, a dissertação cumpriu o papel de realizar algumas correlações, utilizando uma variável que muito preocupa as instituições de ensino superior e que é produto de olhares externos a elas: a qualidade. As correlações foram realizadas sob três perspectivas – populacional, econômica e por rede de influência. Para as duas primeiras, a fim de encontrar o tipo de relação das correlações foi utilizado o coeficiente de correlação de Spearman. Para o caso da perspectiva por rede de influência, foi realizada apenas uma média dos valores do *ranking* adaptado de qualidade utilizado. Para que esta etapa do trabalho fosse concluída, os dados das correlações foram classificados utilizando-se ferramentas computacionais.

Para as correlações entre o *ranking* adaptado das universidades federais e a população local onde essas se encontram instaladas e entre o *ranking* adaptado das universidades federais e o PIB do município em que se encontram, os valores encontrados foram iguais a **0,416** e **0,46**, respectivamente, o que indica a existência de uma relação moderada e positiva entre as melhores colocações no *ranking* e as variáveis

comparadas. Concluimos, então, que as universidades federais localizadas em regiões metropolitanas possuem médias do RUF adaptado maiores do que as localizadas em outros municípios.

Como resultado principal, a pergunta orientadora da pesquisa, expressa como: quais as relações (correlações) entre economias de aglomeração (materializadas no tamanho das cidades) e qualidade das suas universidades?, foi respondida, evidenciando-se que há indícios de que em cidades mais ricas – em população e em economia – estão localizadas as universidades de melhor qualidade e que quanto mais elevada a qualidade acadêmica, mais intensos serão seus efeitos sobre o espaço geográfico onde estão.

Para o Estado, a lição que fica é a de que os governos não podem correr o risco de negligenciar a importância de todas as universidades, pois elas são estratégicas para o crescimento ou para o desenvolvimento das regiões, juntamente com empresas. Atualmente, é notório o caráter estratégico configurado pelas universidades para o desenvolvimento e o crescimento sustentado de uma região. Importante para o Estado é a delimitação de responsabilidades e o estabelecimento da área de atuação das universidades.

Posteriormente, cabe aos governos dotar as instituições das condições necessárias para a realização das ações do Estado atuando em prol de um objetivo específico. É condição *sine qua non* para o Brasil ações no sentido de democratizar o acesso da população ao ensino superior a fim de legitimar as ações da universidade perante a opinião pública. Cabe aos governos observarem que recursos públicos destinados às universidades devem ser justificados e almejada uma maior eficiência dos gastos com a educação superior em prol do desenvolvimento.

Deixo a sugestão para que sejam realizados trabalhos futuros seguindo referencial semelhante, com a formulação de novas matrizes para comparação dos resultados. Outro tema sugestivo também com foco em economias de aglomeração remete a uma nova pergunta: metrópoles propiciam a existência de universidades de qualidade ou universidades de qualidade propiciam a existência de metrópoles?

Referências bibliográficas

ABDALLA, Márcio Moutinho *et al.* Hélice tríplice no Brasil: um ensaio teórico acerca dos benefícios da entrada da universidade nas parcerias estatais. Em *Revista Cadernos de Administração*, v. 1, p. 52-69, 2009. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publicações/marcello/13.pdf>. Acessado em 23.1.2013.

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998, 151p.

BERNARDI, Jorge Luiz. *Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006, 136p, il.

BERNARTT, Maria de Lourdes. *Desenvolvimento e ensino superior: um estudo do sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 2006, 284p.

BIRD/The World Bank. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2009 – A Geografia Econômica em transformação*. Washington: *World Bank Publications*, 2008, 33p.

BRAGA, Roberto e CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. *Cidade: espaço da cidadania*. Disponível em <http://redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidade%20espa%C3%A7o%20da%20cidadania%20rbraga11.pdf>. Acessado em 12.1.2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Produto Interno Bruto do Estado do Pará: estudos e pesquisas socioeconômicas, 10 anos de PIB municipal, Série 1999-2008*. Belém: DEPSAC, Núcleo de Socioeconomia, 2010, 85p.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A cidade e a política*. Em *Cadernos CEBRAP nº 7 – A cidade e o campo*. São Paulo: CEBRAP, 1972.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. *A construção das cidades: processos educativos em uma transformação urbana*. Disponível em http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2009-10-30T131820Z-2574/Publico/2205.pdf Acessado em 4.2.2013.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. *Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização*. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007.

CIMA, Elizabeth Giron e AMORIM, Luci Suzana Bedin. *Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação*. Curitiba: Em *Revista FAE*, V. 10, n. 2, p. 75-87, jul./dez. 2007. Disponível em http://www.fae.edu/publicacoes/fae_v10_2/06_ELIZABETH.pdf Acessado em 15.2.2013.

CUNHA, Sieglinde Kindl e NEVES, Pedro. *Aprendizagem tecnológica e a teoria da hélice tripla: estudo de caso num APL de louças*. Em *RAI – Revista de Administração e Inovação*, São Paulo: 2008, v. 5, n. 1, p. 97-111.

DEMO, Pedro. *Qualidade e pesquisa na universidade*. Em *Revista brasileira de docência, ensino e pesquisa em Administração*, vol. 1, n. 1, p. 52-64, maio/2009. Disponível em <http://www.facec.edu.br/seer/index.php/docenciaepesquisaemadministracao/article/viewFile/11/25> . Acessado em 10.01.2013.

DRUCKER, Peter Ferdinand. *A administração na próxima sociedade*. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Nobel, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968*. Em *Educar*, n. 28, p. 17-36, Curitiba: Editora UFPR, 2006.

FERNANDES, Ruben Gabriel Teixeira. *Impactos locais e regionais da Universidade do Porto*. Dissertação de Mestrado, 2011. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7560> Acessado em 27.02.2013.

FILHO, Jair do Amaral. *A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local*. Planejamento e políticas públicas, ppp, n. 23, jun 2001, IPEA, p. 261-286. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89> Acessado em 25.4.2013.

FREITAG, Barbara. Utopias urbanas. Artigo resultante de conferência apresentada no encerramento do X *Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia*, realizado entre 3 e 7 de setembro de 2001, em Fortaleza/CE. 2002, 17p. Disponível em <http://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/01/freitag-bc3a1rbara-utopias-urbanas.pdf>, Acessado em 10/2/2013.

GALINARI, Rangel e LEMOS, Mauro Borges. Economias de aglomeração no Brasil: evidências a partir da concentração industrial paulista. Em *Textos Anpec*. Disponível em www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A124.pdf, Acessado em 7/1/2012.

GARCIA, Renato *et al.* Proximidade geográfica e qualidade da pesquisa acadêmica: uma análise empírica dos seus efeitos para a interação universidade-empresa e implicações de políticas. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files/l/i8-6559b35ea21034ce2f613168f46cb09f.pdf> Acessado em 30.4.2013.

_____. Os efeitos da proximidade geográfica para o estímulo da interação universidade-empresa. Em *Revista de Economia*, v. 37, n. especial, p. 307-330, 2011, Editora UFPR.

GARCIA, Renato. Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. Em *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 301-324, out. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. A composição espacial do PIB nas metrópoles brasileiras: 2009. Disponível em http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1278 Acessado em 23.5.2013.

JULIATTO, Clemente Ivo. A universidade em busca da excelência: um estudo sobre a qualidade da educação. Curitiba: Champagnat; Goiânia: Ed. Da UCG, 2005, 239p.

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. Em *Revista de geografia Norte Grande*, n. 39, Santiago, maio/2008. Versão *on-line*, ISSN 0718-3402.

LOPES, J. Leite. A universidade no Brasil: evolução e ação social. Em *Revista Adusp*, abril 2002.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a Economia Geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano. Dissertação de Mestrado – *Universidade Federal de Minas Gerais*, 2008, 219p., il.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. Em *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, maio-ago, 2000, p. 131-194.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani e FIALHO, Nadia Hage. Universidade e região. Em *Práxis educacional*, n. 1, p. 171-189. Vitória da Conquista, 2005.

MORAES, Flávio Fava de. Universidade-empresa: existe catalisador? Em *Revista USP*, São Paulo (25): 16-19, março/maio, 1995.

OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque; ELLERY JR., Roberto; e SANDI, Danielle. Migração e diferenciais de renda: teoria e evidências empíricas. Em CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata *et al.* Brasília: *Ipea*, 2007, p. 177 a 212.

PAVIANI, Aldo. Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. Rio de Janeiro: Em *Revista Território*, ano VII, números 11,12 e 13, set./out., 2003, p. 63-76.

POLÈSE, Mario. *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas*. Coimbra: Editora APDR, 1998.

ROLIM, Cássio e SERRA, Maurício. Universidade e desenvolvimento: ser da região x estar na região, 2001. Disponível em <http://portaldoconhecimento.gov.br/bitstream/10961/331/1/Impacto%20Da%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20e%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Ao%20N%C3%ADvel%20Do%20Ensino%20Superior%20Nas%20Din%C3%A2micas%20Africanas%20Contempor%C3%A2neas.pdf> Acessado em 20.3.2013.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília: Editora UnB, 2007 (2ª edição revista), 488p.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998, traduzido por Carlos Eugênio Marcondes de Moura. (Coleção Megalópoles.)

SILVA, Carlos Eduardo Lobo e. [em] *Revista: soluções para as metrópoles*, n. 10, ano II, abril/2012. As cidades como aglomerações produtivas. Disponível em http://www.rubensnaves.com.br/imagens/revistas/942012_124138.pdf Acessado em 10/2/2013.

SOUZA, Cristina Botti de. *Tendência à aglomeração e pobreza: teoria e aplicação para a região Sul do Brasil*. Porto Alegre: 2009 (Dissertação de Mestrado em Economia – *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*).

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à Filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, 6ª ed., p. 29.

UNESCO/CRUB. *Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (1998: Paris, França). Tendências de Educação Superior para o Século XXI/UNESCO/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras: tradução de Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves*. Brasília: UNESCO/CRUB; ilustrada, 726p.

VASCONCELOS, Isamara Martins. *A federalização do ensino superior no Brasil*. Brasília: 2007 (Dissertação de Mestrado em Sociologia – *Universidade de Brasília*).

ANEXOS

Tabela 1378 - População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio - Ranking decendente

Variável = População residente (Pessoas)		
Situação do domicílio = Total		
Sexo = Total		
Idade = Total		
Condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio = Total		
Ano = 2010		
#	Município	
1	São Paulo – SP	11.253.503
2	Rio de Janeiro – RJ	6.320.446
3	Salvador – BA	2.675.656
4	Brasília – DF	2.570.160
5	Fortaleza – CE	2.452.185
6	Belo Horizonte – MG	2.375.151
7	Manaus – AM	1.802.014
8	Curitiba – PR	1.751.907
9	Recife – PE	1.537.704
10	Porto Alegre – RS	1.409.351
11	Belém – PA	1.393.399
12	Goiânia – GO	1.302.001
13	Guarulhos – SP	1.221.979
14	Campinas – SP	1.080.113
15	São Luís – MA	1.014.837
16	São Gonçalo – RJ	999.728
17	Maceió – AL	932.748
18	Duque de Caxias – RJ	855.048
19	Teresina – PI	814.230
20	Natal – RN	803.739
21	Nova Iguaçu – RJ	796.257
22	Campo Grande – MS	786.797
23	São Bernardo do Campo – SP	765.463
24	João Pessoa – PB	723.515

25	Santo André – SP	676.407
26	Osasco – SP	666.740
27	Jaboatão dos Guararapes – PE	644.620
28	São José dos Campos – SP	629.921
29	Ribeirão Preto – SP	604.682
30	Uberlândia – MG	604.013
31	Contagem – MG	603.442
32	Sorocaba – SP	586.625
33	Aracaju – SE	571.149
34	Feira de Santana – BA	556.642
35	Cuiabá – MT	551.098
36	Juiz de Fora – MG	516.247
37	Joinville – SC	515.288
38	Londrina – PR	506.701
39	Niterói – RJ	487.562
40	Ananindeua – PA	471.980
41	Belford Roxo – RJ	469.332
42	Campos dos Goytacazes – RJ	463.731
43	São João de Meriti – RJ	458.673
44	Aparecida de Goiânia – GO	455.657
45	Caxias do Sul – RS	435.564
46	Porto Velho – RO	428.527
47	Florianópolis – SC	421.240
48	Santos – SP	419.400
49	Mauá – SP	417.064
50	Vila Velha – ES	414.586
51	Serra – ES	409.267
52	São José do Rio Preto – SP	408.258
53	Macapá – AP	398.204
54	Mogi das Cruzes – SP	387.779
55	Diadema – SP	386.089
56	Campina Grande – PB	385.213
57	Betim – MG	378.089
58	Olinda – PE	377.779
59	Jundiaí – SP	370.126
60	Carapicuíba – SP	369.584
61	Piracicaba – SP	364.571
62	Montes Claros – MG	361.915
63	Maringá – PR	357.077
64	Cariacica – ES	348.738
65	Bauru – SP	343.937
66	Rio Branco – AC	336.038
67	Anápolis – GO	334.613
68	São Vicente – SP	332.445
69	Pelotas – RS	328.275
70	Vitória – ES	327.801

71	Caucaia – CE	325.441
72	Canoas – RS	323.827
73	Itaquaquecetuba – SP	321.770
74	Franca – SP	318.640
75	Caruaru – PE	314.912
76	Ponta Grossa – PR	311.611
77	Blumenau – SC	309.011
78	Vitória da Conquista – BA	306.866
79	Paulista – PE	300.466
80	Ribeirão das Neves – MG	296.317
81	Uberaba – MG	295.988
82	Petrópolis – RJ	295.917
83	Santarém – PA	294.580
84	Petrolina – PE	293.962
85	Guarujá – SP	290.752
86	Cascavel – PR	286.205
87	Boa Vista – RR	284.313
88	Taubaté – SP	278.686
89	Limeira – SP	276.022
90	São José dos Pinhais – PR	264.210
91	Governador Valadares – MG	263.689
92	Suzano – SP	262.480
93	Praia Grande – SP	262.051
94	Santa Maria – RS	261.031
95	Mossoró – RN	259.815
96	Volta Redonda – RJ	257.803
97	Foz do Iguaçu – PR	256.088
98	Gravataí – RS	255.660
99	Várzea Grande – MT	252.596
100	Juazeiro do Norte – CE	249.939
101	Imperatriz – MA	247.505
102	Taboão da Serra – SP	244.528
103	Camaçari – BA	242.970
104	Sumaré – SP	241.311
105	Barueri – SP	240.749
106	Embu das Artes – SP	240.230
107	Ipatinga – MG	239.468
108	Viamão – RS	239.384
109	Novo Hamburgo – RS	238.940
110	Marabá – PA	233.669
111	Palmas – TO	228.332
112	Magé – RJ	227.322
113	São Carlos – SP	221.950
114	Itaboraí – RJ	218.008
115	Marília – SP	216.745
116	Sete Lagoas – MG	214.152

117	São Leopoldo – RS	214.087
118	Arapiraca – AL	214.006
119	Divinópolis – MG	213.016
120	Colombo – PR	212.967
121	Jacareí – SP	211.214
122	Americana – SP	210.638
123	São José – SC	209.804
124	Maracanaú – CE	209.057
125	Araraquara – SP	208.662
126	Presidente Prudente – SP	207.610
127	Macaé – RJ	206.728
128	Itabuna – BA	204.667
129	Santa Luzia – MG	202.942
130	Parnamirim – RN	202.456
131	Indaiatuba – SP	201.619
132	Cotia – SP	201.150
133	Itapevi – SP	200.769
134	Juazeiro – BA	197.965
135	Rio Grande – RS	197.228
136	Dourados – MS	196.035
137	Alvorada – RS	195.673
138	Rondonópolis – MT	195.476
139	Hortolândia – SP	192.692
140	Criciúma – SC	192.308
141	Cachoeiro de Itapemirim – ES	189.889
142	Sobral – CE	188.233
143	Rio Claro – SP	186.253
144	Cabo Frio – RJ	186.227
145	Cabo de Santo Agostinho – PE	185.025
146	Passo Fundo – RS	184.826
147	Ilhéus – BA	184.236
148	Chapecó – SC	183.530
149	Itajaí – SC	183.373
150	Nova Friburgo – RJ	182.082
151	Araçatuba – SP	181.579
152	Santa Bárbara d'Oeste – SP	180.009
153	Barra Mansa – RJ	177.813
154	Rio Verde – GO	176.424
155	Luziânia – GO	174.531
156	Castanhal – PA	173.149
157	Angra dos Reis – RJ	169.511
158	Mesquita – RJ	168.376
159	Ferraz de Vasconcelos – SP	168.306
160	Guarapuava – PR	167.328
161	Teresópolis – RJ	163.746
162	Lauro de Freitas – BA	163.449

163	São José de Ribamar – MA	163.045
164	Nossa Senhora do Socorro – SE	160.827
165	Águas Lindas de Goiás – GO	159.378
166	Ibirité – MG	158.954
167	Nilópolis – RJ	157.425
168	Lages – SC	156.727
169	Timon – MA	155.460
170	Caxias – MA	155.129
171	Francisco Morato – SP	154.472
172	Itu – SP	154.147
173	Parauapebas – PA	153.908
174	Itapecerica da Serra – SP	152.614
175	Poços de Caldas – MG	152.435
176	Jequié – BA	151.895
177	Araguaina – TO	150.484
178	São Caetano do Sul – SP	149.263
179	Pindamonhangaba – SP	146.995
180	Bragança Paulista – SP	146.744
181	Parnaíba – PI	145.705
182	Camaragibe – PE	144.466
183	Itapetininga – SP	144.377
184	Jaraguá do Sul – SC	143.123
185	Alagoinhas – BA	141.949
186	Linhares – ES	141.306
187	Abaetetuba – PA	141.100
188	Paranaguá – PR	140.469
189	Patos de Minas – MG	138.710
190	Teixeira de Freitas – BA	138.341
191	Queimados – RJ	137.962
192	Barreiras – BA	137.427

Fonte: IBGE 2010.

Tabela 21 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Ranking descendente

Variável = Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)

Ano = 2010

#	Município	
1	São Paulo – SP	443.600.102
2	Rio de Janeiro – RJ	190.249.043
3	Brasília – DF	149.906.319
4	Curitiba – PR	53.106.497
5	Belo Horizonte – MG	51.661.760
6	Manaus – AM	48.598.153
7	Porto Alegre – RS	43.038.100
8	Guarulhos – SP	37.139.404
9	Fortaleza – CE	37.106.309
10	Salvador – BA	36.744.670
11	Campinas – SP	36.688.629
12	Osasco – SP	36.389.080
13	São Bernardo do Campo - SP	35.578.586
14	Recife – PE	30.032.003
15	Betim – MG	28.297.360
16	Barueri – SP	27.752.428
17	Santos – SP	27.616.035
18	Duque de Caxias - RJ	26.496.845
19	Campos dos Goytacazes - RJ	25.313.179
20	Vitória – ES	24.969.295
21	Goiânia – GO	24.445.744
22	São José dos Campos - SP	24.117.145
23	Jundiaí – SP	20.124.600
24	Contagem – MG	18.539.693
25	Joinville – SC	18.473.990
26	Uberlândia – MG	18.286.904
27	Belém – PA	17.987.323
28	São Luís – MA	17.915.048
29	Santo André – SP	17.258.468
30	Ribeirão Preto – SP	17.004.019

31	Canoas – RS	16.547.966
32	Sorocaba – SP	16.127.236
33	Parauapebas – PA	15.918.216
34	Caxias do Sul – RS	15.692.359
35	Itajaí – SC	15.235.108
36	Campo Grande – MS	13.875.046
37	São José dos Pinhais - PR	13.690.888
38	Camaçari – BA	13.379.554
39	Serra – ES	12.703.017
40	Araucária – PR	12.371.028
41	Maceió – AL	12.114.090
42	Natal – RN	11.997.401
43	Macaé – RJ	11.267.976
44	Diadema – SP	11.254.523
45	Niterói – RJ	11.214.103
46	Cuiabá – MT	11.051.628
47	São Caetano do Sul - SP	11.009.306
48	Piracicaba – SP	10.931.268
49	Teresina – PI	10.539.378
50	São Gonçalo – RJ	10.340.756
51	Angra dos Reis – RJ	10.176.448
52	Anápolis – GO	10.059.557
53	Londrina – PR	9.936.563
54	São Francisco do Conde - BA	9.848.259
55	Florianópolis – SC	9.806.534
56	João Pessoa – PB	9.805.587
57	Taubaté – SP	9.778.529
58	Nova Iguaçu – RJ	9.496.660
59	Volta Redonda – RJ	9.170.922
60	Ipojuca – PE	9.095.145
61	São José do Rio Preto - SP	8.981.999
62	Blumenau – SC	8.950.141
63	Louveira – SP	8.914.891
64	Mogi das Cruzes - SP	8.810.329
65	Aracaju – SE	8.751.494
66	Jaboatão dos Guararapes - PE	8.359.552
67	Juiz de Fora – MG	8.314.431
68	Maringá – PR	8.263.628
69	Paulínia – SP	8.114.787
70	Sumaré – SP	7.848.044
71	Rio Grande – RS	7.737.855
72	Porto Velho – RO	7.522.929
73	Feira de Santana - BA	7.433.139
74	Bauru – SP	7.423.744

75	Ipatinga – MG	7.391.669
76	Mauá – SP	7.352.093
77	Paranaguá – PR	7.200.842
78	Uberaba – MG	7.155.214
79	Gravataí – RS	7.081.795
80	Petrópolis – RJ	7.063.116
81	Itabira – MG	7.039.688
82	Vila Velha – ES	6.978.690
83	Foz do Iguaçu – PR	6.760.175
84	Vinhedo – SP	6.715.431
85	Limeira – SP	6.712.375
86	Americana – SP	6.659.418
87	Cabo Frio – RJ	6.551.707
88	Resende – RJ	6.417.157
89	Hortolândia – SP	6.226.404
90	Cotia – SP	6.212.597
91	Cubatão – SP	6.199.086
92	Rio das Ostras – RJ	6.121.512
93	Ponta Grossa – PR	5.925.947
94	Matão – SP	5.860.252
95	Indaiatuba – SP	5.834.590
96	Triunfo – RS	5.777.746
97	Suzano – SP	5.759.762
98	Sete Lagoas – MG	5.733.894
99	Jacareí – SP	5.661.582
100	Cajamar – SP	5.501.593
101	Ouro Preto – MG	5.478.637
102	Novo Hamburgo - RS	5.395.053
103	Jaraguá do Sul – SC	5.259.384
104	Macapá – AP	5.215.130
105	Cascavel – PR	5.190.870
106	Aparecida de Goiânia - GO	5.148.640
107	Itapevi – SP	5.145.931
108	São Carlos – SP	5.132.240
109	Rondonópolis – MT	5.094.937
110	Franca – SP	5.038.841
111	Rio Claro – SP	5.003.385
112	Cariacica – ES	4.904.147
113	Araraquara – SP	4.899.120
114	São João de Meriti - RJ	4.826.212
115	Porto Real – RJ	4.820.284
116	Santa Cruz do Sul - RS	4.810.913
117	Taboão da Serra - SP	4.807.207
118	São José – SC	4.784.758

119	Sertãozinho – SP	4.766.750
120	Pindamonhangaba - SP	4.678.851
121	Boa Vista – RR	4.659.977
122	Pelotas – RS	4.564.464
123	Passo Fundo – RS	4.551.198
124	Montes Claros – MG	4.501.662
125	Pinhais – PR	4.493.030
126	Cabo de Santo Agostinho - PE	4.476.233
127	Belford Roxo – RJ	4.467.555
128	Embu das Artes - SP	4.446.703
129	Cachoeirinha – RS	4.363.658
130	Campina Grande - PB	4.336.824
131	Rio Branco – AC	4.311.124
132	Itaguaí – RJ	4.284.959
133	Presidente Prudente - SP	4.254.058
134	Candeias – BA	4.204.817
135	Itu – SP	4.196.075
136	Anchieta – ES	4.185.736
137	Nova Lima – MG	4.163.071
138	Rio Verde – GO	4.160.501
139	Guarujá – SP	4.150.738
140	Chapecó – SC	4.149.295
141	São Leopoldo – RS	4.125.575
142	Santa Maria – RS	4.103.230
143	Maracanaú – CE	4.100.336
144	São Francisco do Sul - SC	3.984.152
145	Catalão – GO	3.970.852
146	Varginha – MG	3.956.316
147	Palmas – TO	3.927.446
148	Marília – SP	3.916.984
149	Santa Bárbara d'Oeste - SP	3.788.558
150	Poços de Caldas - MG	3.756.596
151	Simões Filho – BA	3.690.063
152	Ananindeua – PA	3.669.747
153	Santana de Parnaíba - SP	3.641.217
154	Marabá – PA	3.601.647
155	Valinhos – SP	3.586.509
156	Criciúma – SC	3.566.411
157	Barcarena – PA	3.550.233
158	Dourados – MS	3.543.858
159	Araçatuba – SP	3.501.841
160	Itapecerica da Serra - SP	3.501.046
161	Mossoró – RN	3.496.776
162	São João da Barra - RJ	3.484.707

163	Vitória da Conquista - BA	3.469.179
164	Várzea Grande – MT	3.449.445
165	Carapicuíba – SP	3.429.411
166	Itatiba – SP	3.421.079
167	Divinópolis – MG	3.374.634
168	Governador Valadares - MG	3.344.341
169	São Vicente – SP	3.277.443
170	Itaquaquecetuba - SP	3.256.578
171	Corumbá – MS	3.248.681
172	Barra Mansa – RJ	3.205.477
173	Senador Canedo - GO	3.188.615
174	Praia Grande – SP	3.170.642
175	Lauro de Freitas - BA	3.156.015
176	Bento Gonçalves - RS	3.150.736
177	Petrolina – PE	3.149.160
178	São Sebastião – SP	3.131.271
179	Quissamã – RJ	3.112.919
180	Olinda – PE	3.108.010
181	Bebedouro – SP	3.105.069
182	Jaguariúna – SP	3.066.231
183	Atibaia – SP	3.062.680
184	Pouso Alegre – MG	3.041.315
185	Caruaru – PE	3.003.634
186	Araxá – MG	2.947.025
187	Brusque – SC	2.944.597
188	Mogi Guaçu – SP	2.925.445
189	Botucatu – SP	2.860.584
190	Aracruz – ES	2.837.565
191	Nova Friburgo – RJ	2.835.809
192	Três Lagoas – MS	2.821.909
193	Tucuruí – PA	2.817.702
194	Cerquilha – SP	2.814.852
195	Mariana – MG	2.808.215
196	Bragança Paulista - SP	2.769.883
197	Teresópolis – RJ	2.764.129
198	Poá – SP	2.747.246
199	Mogi Mirim – SP	2.732.950
200	Linhares – ES	2.710.380

Fonte: IBGE 2010.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DE SÃO PAULO

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
1°	Univ. de São Paulo (USP)	SP	●		19,68	54,38	19,78	4,95	98,78
5°	Univ. Est. de Campinas (Unicamp)	SP	●		18,24	53,87	9,17	5	86,28
6°	Univ. Est. Pta. Júlio de Mesquita Filho (Unesp)	SP	●		12,87	52,4	14,02	4,68	83,97
14°	Univ. Fed. de São Paulo (Unifesp)	SP	●		5,31	53,14	8,08	4,16	70,69
17°	Univ. Fed. de São Carlos (UFSCar)	SP	●		8,61	51,6	4,66	4,42	69,29
31°	Univ. Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie)	SP	●		0,87	36,3	15,9	3,03	56,1
45°	Fund. Univ. Fed. do ABC (UFABC)	SP	●		0,83	48,17	0	0	49
47°	Pont. Univ. Católica de São Paulo (PUC-SP)	SP	●		2,96	28,59	17,05	0	48,6
58°	Univ. do Vale do Paraíba (Univap)	SP	●		0	40,84	2,74	0	43,58
64°	Univ. de Ribeirão Preto (Unaerp)	SP	●		0	32,81	5,42	2,29	40,52
65°	Univ. São Francisco (USF)	SP	●		0	36,62	2,3	0,5	39,42
73°	Pont. Univ. Católica de Campinas (PUC-Campinas)	SP	●		0	26,6	10,33	0	36,93
74°	Univ. de Franca (Unifran)	SP	●		0	31,65	2,12	2,5	36,27
86°	Univ. Metodista de São Paulo (Umesp)	SP	●		0	24,98	6,71	1,16	32,85
88°	Univ. Cruzeiro do Sul (Unicsul)	SP	●		0	30,91	0,49	0	31,4
91°	Univ. de Mogi das Cruzes (UMC)	SP	●		0	27,77	1,03	1,76	30,56
92°	Univ. Guarulhos (UNG)	SP	●		0	26,76	3,26	0,5	30,52
100°	Univ. do Sagrado Coração (USC)	SP	●		0	27,98	1,1	0	29,08
101°	Univ. Paulista (Unip)	SP	●		0	12,61	16,38	0	28,99
102°	Univ. Metodista de Piracicaba (Unimep)	SP	●		0	25,64	3,32	0	28,96
104°	Univ. de Taubaté (Unitau)	SP	●		0	26,37	1,43	0	27,8
118°	Univ. Nove de Julho (Uninove)	SP	●		0	16,94	4,41	2,66	24,01
121°	Univ. de Santo Amaro (Unisa)	SP	●		0	19,71	3,51	0	23,22
128°	Univ. São Judas Tadeu (USJT)	SP	●		0	15,97	5,23	0	21,2
128°	Univ. São Judas Tadeu (USJT)	SP	●		0	15,97	5,23	0	21,2
129°	Univ. do Oeste Paulista (Unoeste)	SP	●		0	20,9	0,14	0	21,04
137°	Univ. Bandeirante de São Paulo (Uniban)	SP	●		0	14,92	1,94	1,76	18,62
145°	Univ. Ibirapuera (Unib)	SP	●		0	15,74	0,46	0,5	16,7
148°	Univ. de Sorocaba (Uniso)	SP	●		0	10,63	4,84	0	15,47
149°	Univ. de Marília (Unimar)	SP	●		0	11,52	1,62	2,29	15,43
150°	Univ. Católica de Santos (Unisantos)	SP	●		0	14,36	0,9	0	15,26
151°	Univ. Camilo Castelo Branco (Unicastelo)	SP	●		0	14,47	0,14	0	14,61
156°	Univ. Anhembí Morumbi (UAM)	SP	●		0	6,09	5,38	1,16	12,63
156°	Univ. Santa Cecília (Unisanta)	SP	●		0	11,96	0,67	0	12,63
157°	Univ. Braz Cubas (UBC)	SP	●		0	12,62	0	0	12,62
159°	Univ. Cidade de São Paulo (Unicid)	SP	●		0	11,75	0,14	0	11,89
165°	Univ. Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	SP	●		0	7,12	2,19	0	9,31
169°	Univ. Metropolitana de Santos (Unimes)	SP	●		0	8,06	0,5	0	8,56
177°	Univ. do Grd. Abc (UniABC)	SP	●		0	5,96	0,69	0	6,65
182°	Univ. São Marcos (USM)	SP	●		0	2,87	0,39	0	3,26

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
3º	Univ. Fed. do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	●	16,27	53,03	16,85	4,84	91
11º	Univ. do Est. do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	●	5,61	49,36	15,45	3,32	73,74
13º	Pont. Univ. Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	RJ	●	6,53	46,9	13,61	3,82	70,85
15º	Univ. Fed. Fluminense (UFF)	RJ	●	4,43	48,33	13,85	3,74	70,35
41º	Univ. Est. do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Unef)	RJ	●	0	46,75	0	3,58	50,33
48º	Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	RJ	●	1	42,41	2,83	1,47	47,71
67º	Univ. Fed. do Est. do Rio de Janeiro (Unirio)	RJ	●	0,42	33,38	4,86	0	38,66
89º	Univ. Estácio de Sá (Unesa)	RJ	●	0	23,89	7,4	0	31,29
110º	Univ. Gama Filho (UGF)	RJ	●	0,53	23,75	2,2	0	26,48
127º	Univ. Santa Úrsula (USU)	RJ	●	0	21,18	0,09	0	21,27
142º	Univ. do Grd. Rio Prof. José de Souza Herdy (Unigranrio)	RJ	●	0	15,81	1,71	0	17,52
147º	Univ. Veiga de Almeida (UVA)	RJ	●	0	13,14	2,39	0	15,53
155º	Univ. Salgado de Oliveira (Universo)	RJ	●	0	8,17	4,78	0	12,95
160º	Univ. Castelo Branco (UCB)	RJ	●	0	10,18	1,28	0	11,46
168º	Univ. Cândido Mendes (Ucam)	RJ	●	0	5,78	2,9	0	8,68
171º	Univ. Severino Sombra (USS)	RJ	●	0	7,61	0,14	0	7,75
178º	Univ. Iguaçú (Unig)	RJ	●	0	5,04	0,79	0	5,83
181º	Univ. Católica de Petrópolis (UCP)	RJ	●	0	3,44	0	0	3,44

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – DISTRITO FEDERAL

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
8º	Univ. de Brasília (UnB)	DF	●	9,7	50,3	13,97	4,37	78,34
35º	Univ. Católica de Brasília (UCB)	DF	●	0	38,72	11,43	2,79	52,94

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO AMAZONAS

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
43°	Univ. Fed. do Amazonas (Ufam)	 AM	●	0	36,71	9,37	3,63	49,71
105°	Univ. do Est. do Amazonas (UEA)	 AM	●	0	21,77	5,97	0	27,74
161°	Univ. Nilton Lins (Uninilton Lins)	 AM	●	0	9,21	1,87	0	11,08

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO PARÁ

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
24°	Univ. Fed. do Pará (UFPA)	 PA	●	3,13	42,8	11,96	4,03	61,92
95°	Univ. Fed. Rural da Amazônia (Ufra)	 PA	●	0	29,91	0,19	0	30,1
124°	Univ. da Amazônia (Unama)	 PA	●	0	11,51	10,79	0	22,3
125°	Univ. do Est. do Pará (Uepa)	 PA	●	0	14,48	7,3	0,5	22,28
180°	Univ. Fed. do Oeste do Pará (Ufopa)	 PA	●	0	3,3	1,06	0	4,36

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO CEARÁ

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
18°	Univ. Fed. do Ceará (UFC)	 CE	●	2,3	49,73	11,11	3,13	66,28
53°	Univ. Est. do Ceará (Uece)	 CE	●	0	35,94	8,62	1,76	46,32
66°	Univ. de Fortaleza (Unifor)	 CE	●	0	26,3	9,97	2,66	38,93
119°	Univ. Reg. do Cariri (Urca)	 CE	●	0	22,47	1,42	0	23,89
154°	Univ. Est. do Vale do Acaraú (UVA)	 CE	●	0	10,11	3	0	13,11

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DE PERNAMBUCO

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
10°	Univ. Fed. de Pernambuco (UFPE)	 PE	●	8,05	48,92	15,69	4,47	77,13
52°	Univ. Fed. Rural de Pernambuco (UFRPE)	 PE	●	1	42,95	0,36	2,05	46,36
70°	Univ. de Pernambuco (UPE)	 PE	●	0	28,26	9,41	0	37,67
103°	Univ. Católica de Pernambuco (Unicap)	 PE	●	0	17,75	10,51	0	28,26
116°	Fund. Univ. Fed. do Vale do São Francisco (Univasf)	 PE	●	0	23,53	0	1,16	24,69

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DA BAHIA

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
12º	Univ. Fed. da Bahia (UFBA)	 BA	●	2,78	47,99	17,66	3,89	72,33
55º	Univ. Est. de Santa Cruz (UESC)	 BA	Pública	0	38,81	4,85	1,16	44,82
60º	Univ. Est. de Feira de Santana (UEFS)	 BA	●	0	38,62	4,14	0	42,76
61º	Univ. Est. do Sudoeste da Bahia (UESB)	 BA	●	0	38,7	2,52	0,5	41,72
83º	Univ. Fed. do Recôncavo da Bahia (UFRB)	 BA	●	0	31,79	0,96	0,5	33,25
96º	Univ. Salvador (Unifacs)	 BA	●	0	19,96	10,08	0	30,04
98º	Univ. do Est. da Bahia (Uneb)	 BA	●	0	20,17	8,49	0,5	29,16
146º	Univ. Católica do Salvador (UCSal)	 BA	●	0	6,32	10,24	0	16,56

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DE MINAS GERAIS

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
2º	Univ. Fed. de Minas Gerais (UFMG)	 MG	●	16,21	52,55	18,1	4,89	91,76
22º	Univ. Fed. de Viçosa (UFV)	 MG	●	5,65	49,07	3,56	4,53	62,8
28º	Univ. Fed. de Uberlândia (UFU)	 MG	●	1,18	46,42	5,23	4,21	57,04
30º	Univ. Fed. de Lavras (Ufla)	 MG	●	3,68	47,59	0,58	4,26	56,12
37º	Univ. Fed. de Ouro Preto (UFOP)	 MG	●	2,01	43,25	3,32	4,11	52,68
38º	Univ. Fed. de Juiz de Fora (UFJF)	 MG	●	1,24	43,23	3,94	3,82	52,22
42º	Pont. Univ. Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	 MG	●	0,11	31,38	17,8	0,5	49,79
56º	Univ. Fed. de Itajubá (Unifei)	 MG	●	2,01	37,71	1,25	3,32	44,28
62º	Univ. Fed. de Alfenas (Unifal-MG)	 MG	●	0	38,12	1,39	2,05	41,56
72º	Univ. Fed. do Triângulo Mineiro (UFTM)	 MG	●	0	37	0	0,5	37,5
80º	Univ. Fed. de São João Del Rei (UFSJ)	 MG	●	0	32,46	0	1,76	34,22
90º	Univ. Est. de Montes Claros (Unimontes)	 MG	●	0	26,32	2,82	1,47	30,61
94º	Univ. Fed. Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	 MG	●	0	29,35	0,94	0	30,29
115º	Univ. de Uberaba (Uniuibe)	 MG	●	0	21,18	0,44	3,21	24,83
136º	Univ. José do Rosário Vellano (Unifenas)	 MG	●	0	17,75	1,47	0	19,22
141º	Univ. Fumec (Fumec)	 MG	●	0	9	8,68	0	17,68
144º	Univ. Vale do Rio Doce (Univale)	 MG	●	0	16,73	0	0	16,73
162º	Univ. Presidente Antônio Carlos (Unipac)	 MG	●	0	6,8	4,26	0	11,06
164º	Univ. do Est. de Minas Gerais (UEMG)	 MG	●	0	7,07	3,44	0	10,51
166º	Univ. de Itaúna (UI)	 MG	●	0	6,57	2,17	0,5	9,24
167º	Univ. Vale do Rio Verde (UninCor)	 MG	●	0	8,72	0	0	8,72
172º	Univ. do Vale do Sapucaí (Univás)	 MG	●	0	6,86	0,6	0	7,46

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO PARANÁ

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
7°	Univ. Fed. do Paraná (UFPR)	 PR	●	7,06	50,03	18,06	4,74	79,88
19°	Univ. Est. de Maringá (UEM)	 PR	●	3,3	47,6	9,67	4,32	64,89
25°	Univ. Est. de Londrina (UEL)	 PR	●	0,53	44,02	11,46	3,95	59,96
27°	Pont. Univ. Católica do Paraná (PUCPR)	 PR	●	0	38,75	15,48	3,5	57,73
54°	Univ. Est. de Ponta Grossa (UEPG)	 PR	●	0	39,69	5,84	0,5	46,03
57°	Univ. Est. do Oeste do Paraná (Unioeste)	 PR	●	0	35,14	6,84	2,29	44,27
77°	Univ. Tecnológica Fed. do Paraná (UTFPR)	 PR	●	1	29,23	1,06	3,32	34,61
85°	Univ. Est. do Centro-Oeste (Unicentro)	 PR	●	0	26,25	3,89	2,92	33,06
106°	Univ. Positivo (UP)	 PR	●	0	18,72	8,74	0	27,46
108°	Univ. Norte do Paraná (Unopar)	 PR	●	0	15,59	9,31	2,05	26,95
131°	Univ. Paranaense (Unipar)	 PR	●	0	15,39	5,33	0	20,72
132°	Univ. Tuiuti do Paraná (UTP)	 PR	●	0	13,06	5,59	1,47	20,12
170°	Univ. Est. do Norte do Paraná (UENP)	 PR	●	0	6,04	2,46	0	8,5
179°	Univ. Fed. da Int. Latino-Americana (Unila)	 PR	●	0	4,92	0	0	4,92

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DE GOIÁS

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
23°	Univ. Fed. de Goiás (UFG)	 GO	●	1	45,73	12,35	2,92	62
109°	Pont. Univ. Católica de Goiás (PUC Goiás)	 GO	●	0	18,05	8,87	0	26,92
135°	Univ. Est. de Goiás (UEG)	 GO	●	0	16,32	3,25	0	19,57
153°	Univ. de Rio Verde (Fesurv)	 GO	●	0	13,83	0	0	13,83

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (20), QUALIDADE DE PESQUISA (55), AVALIAÇÃO DO MERCADO (20) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (5) – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo de Universidade		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
4°	Univ. Fed. do Rio Grd. do Sul (UFRGS)	RS	●		15,17	52,57	16,2	4,79	88,73
16°	Pont. Univ. Católica do Rio Grd. do Sul (PUCRS)	RS		●	2,95	45,74	16,88	4,58	70,15
20°	Univ. Fed. de Santa Maria (UFSM)	RS	●		6,18	49,37	4,19	3,5	63,24
29°	Univ. Fed. de Pelotas (UFPEL)	RS	●		3,82	47,13	2,69	2,5	56,14
33°	Univ. do Vale do Rio Dos Sinos (Unisinos)	RS		●	0,66	36,67	13,38	2,79	53,5
40°	Univ. de Caxias do Sul (UCS)	RS		●	0	38,01	9,07	4,03	51,11
46°	Univ. Fed. do Rio Grande (Furg)	RS	●		2,49	41,43	3,23	1,76	48,91
59°	Univ. Luterana do Brasil (Ulbra)	RS		●	0	32,37	9,4	1,47	43,24
71°	Fund. Univ. Fed. de Cienc. da Saúde de P. Alegre (UFCSPA)	RS	●		0	37,58	0	0	37,58
79°	Univ. de Passo Fundo (UPF)	RS		●	0,66	31,58	1,62	0,5	34,36
81°	Fund. Univ. Fed. do Pampa (Unipampa)	RS	●		0	34,14	0	0	34,14
87°	Univ. Católica de Pelotas (UCPel)	RS		●	0	30,83	1,62	0	32,45
93°	Univ. Reg. Int. do Alto Uruguai e das Missões (URI)	RS		●	0	29,14	0	1,16	30,3
107°	Univ. Feevale (Feevale)	RS		●	0	22,83	3,7	0,5	27,03
112°	Univ. Est. do Rio Grd. do Sul (Uergs)	RS	●		0	25,52	0	0	25,52
122°	Univ. de Santa Cruz do Sul (Unisc)	RS		●	0	19,27	1,82	1,76	22,85
130°	Univ. Reg. do Noroeste do Est. do Rio Grd. do Sul (Unijuí)	RS		●	0	19,02	1,93	0	20,95
175°	Univ. de Cruz Alta (Unicruz)	RS		●	0	6,97	0,36	0	7,33
186°	Univ. da Região da Campanha (Urcamp)	RS		●	0	0,52	0	0	0,52

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE SÃO PAULO

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo de Universidade		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
1°	Univ. de São Paulo (USP)	SP	●		9,84	69,21	9,89	9,89	98,83
4°	Univ. Est. de Campinas (Unicamp)	SP	●		9,12	68,56	4,59	10,00	92,27
6°	Univ. Est. Pta. Júlio de Mesquita Filho (Unesp)	SP	●		6,43	66,69	7,01	9,37	89,50
11°	Univ. Fed. de São Paulo (Unifesp)	SP	●		2,66	67,63	4,04	8,32	82,64
12°	Univ. Fed. de São Carlos (UFSCar)	SP	●		4,3	65,67	2,33	8,84	81,15
37°	Fund. Univ. Fed. do ABC (UFABC)	SP	●		0,41	61,30	0	0	61,72
40°	Univ. Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie)	SP	●		0,44	46,21	7,95	6,05	60,64
55°	Univ. do Vale do Paraíba (Univap)	SP	●		0	51,98	1,37	0	53,35
61°	Univ. de Ribeirão Preto (Unaerp)	SP	●		0	41,76	2,71	4,58	49,05
64°	Univ. São Francisco (USF)	SP	●		0	46,61	1,15	1,00	48,76
67°	Pont. Univ. Católica de São Paulo (PUC-SP)	SP	●		1,48	36,38	8,53	0	46,39
68°	Univ. de Franca (Unifran)	SP	●		0	40,28	1,06	5,00	46,34
86°	Univ. Cruzeiro do Sul (Unicsul)	SP	●		0	39,34	0,25	0	39,59
88°	Univ. de Mogi das Cruzes (UMC)	SP	●		0	35,34	0,51	3,53	39,38
89°	Pont. Univ. Católica de Campinas (PUC-Campinas)	SP	●		0	33,86	5,17	0	39,02
94°	Univ. Metodista de São Paulo (Umesp)	SP	●		0	31,79	3,36	2,32	37,47
95°	Univ. Guarulhos (UNG)	SP	●		0	34,06	1,63	1,00	36,69
96°	Univ. do Sagrado Coração (USC)	SP	●		0	35,61	0,55	0	36,16
98°	Univ. Metodista de Piracicaba (Unimep)	SP	●		0	32,63	1,66	0	34,29
99°	Univ. de Taubaté (Unitau)	SP	●		0	33,56	0,72	0	34,28
113°	Univ. Nove de Julho (Uninove)	SP	●		0	21,56	2,21	5,32	29,08
123°	Univ. de Santo Amaro (Unisa)	SP	●		0	25,08	1,75	0	26,83
124°	Univ. do Oeste Paulista (Unoeste)	SP	●		0	26,60	0,07	0	26,67
128°	Univ. Paulista (Unip)	SP	●		0	16,05	8,19	0	24,24
129°	Univ. Bandeirante de São Paulo (Uniban)	SP	●		0	18,99	0,97	3,53	23,49
134°	Univ. São Judas Tadeu (USJT)	SP	●		0	20,32	2,61	0	22,94
142°	Univ. Ibirapuera (Unib)	SP	●		0	20,03	0,23	1,00	21,26
144°	Univ. de Marília (Unimar)	SP	●		0	14,66	0,81	4,58	20,05
146°	Univ. Católica de Santos (Unisantos)	SP	●		0	18,27	0,45	0	18,72
147°	Univ. Camilo Castelo Branco (Unicastelo)	SP	●		0	18,41	0,07	0	18,48
151°	Univ. Braz Cubas (UBC)	SP	●		0	16,07	0	0	16,07
152°	Univ. de Sorocaba (Uniso)	SP	●		0	13,53	2,42	0	15,95
154°	Univ. Santa Cecília (Unisanta)	SP	●		0	15,22	0,33	0	15,55
156°	Univ. Cidade de São Paulo (Unicid)	SP	●		0	14,96	0,07	0	15,03
161°	Univ. Anhembi Morumbi (UAM)	SP	●		0	7,75	2,69	2,32	12,76
167°	Univ. Metropolitana de Santos (Unimes)	SP	●		0	10,26	0,25	0	10,51
170°	Univ. Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	SP	●		0	9,06	1,1	0	10,16
177°	Univ. do Grd. ABC (UniABC)	SP	●		0	7,58	0,35	0	7,93
185°	Univ. São Marcos (USM)	SP	●		0	3,65	0,39	0	4,04

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
3º	Univ. Fed. do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	●	8,14	67,49	8,42	9,68	93,73
13º	Univ. do Est. do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	●	2,81	62,82	7,72	6,63	79,98
15º	Univ. Fed. Fluminense (UFF)	RJ	●	2,22	61,51	6,92	7,47	78,13
16º	Pont. Univ. Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	RJ	●	3,26	59,70	6,81	7,63	77,40
30º	Univ. Est. do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Unenf)	RJ	●	0	59,51	0	7,16	66,66
45º	Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	RJ	●	0,5	53,98	1,42	2,95	58,85
70º	Univ. Fed. do Est. do Rio de Janeiro (Unirio)	RJ	●	0,21	42,49	2,43	0	45,13
100º	Univ. Estácio de Sá (Unesa)	RJ	●	0	30,41	3,7	0	34,11
107º	Univ. Gama Filho (UGF)	RJ	●	0,27	30,23	1,1	0	31,60
122º	Univ. Santa Úrsula (USU)	RJ	●	0	26,95	0,05	0	27,00
143º	Univ. do Grd. Rio Prof. José de Souza Herdy (Unigranrio)	RJ	●	0	20,12	0,85	0	20,97
148º	Univ. Veiga de Almeida (UVA)	RJ	●	0	16,73	1,2	0	17,92
158º	Univ. Castelo Branco (UCB)	RJ	●	0	12,95	0,64	0	13,59
160º	Univ. Salgado de Oliveira (Universo)	RJ	●	0	10,40	2,39	0	12,79
171º	Univ. Severino Sombra (USS)	RJ	●	0	9,68	0,07	0	9,75
176º	Univ. Cândido Mendes (Ucam)	RJ	●	0	7,36	1,45	0	8,81
179º	Univ. Iguaçú (Unig)	RJ	●	0	6,41	0,39	0	6,81
183º	Univ. Católica de Petrópolis (UCP)	RJ	●	0	4,38	0	0	4,38

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – DISTRITO FEDERAL

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
9º	Univ. de Brasília (UnB)	DF	●	4,85	64,02	6,98	8,74	84,59
41º	Univ. Católica de Brasília (UCB)	DF	●	0	49,28	5,71	5,58	60,57

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO AMAZONAS

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
46°	Univ. Fed. do Amazonas (Ufam)	AM	●	0	46,72	4,69	7,26	58,67
110°	Univ. do Est. do Amazonas (UEA)	AM	●	0	27,71	2,99	0	30,69
162°	Univ. Nilton Lins (Uninilton Lins)	AM	●	0	11,72	0,94	0	12,65

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO PARÁ

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
26°	Univ. Fed. do Pará (UFPA)	PA	●	1,57	54,47	5,98	8,05	70,07
90°	Univ. Fed. Rural da Amazônia (Ufra)	PA	●	0	38,06	0,1	0	38,16
133°	Univ. do Est. do Pará (Uepa)	PA	●	0	18,42	3,65	1,00	23,07
145°	Univ. da Amazônia (Unama)	PA	●	0	14,65	5,4	0	20,04
182°	Univ. Fed. do Oeste do Pará (Ufopa)	PA	●	0	4,20	1,06	0	5,26

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO CEARÁ

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
18°	Univ. Fed. do Ceará (UFC)	CE	●	1,15	63,29	5,56	6,26	76,26
54°	Univ. Est. do Ceará (Uece)	CE	●	0	45,74	4,31	3,53	53,58
75°	Univ. de Fortaleza (Unifor)	CE	●	0	33,47	4,98	5,32	43,77
112°	Univ. Reg. do Cariri (Urca)	CE	●	0	28,59	0,71	0	29,31
157°	Univ. Est. do Vale do Acaraú (UVA)	CE	●	0	12,87	1,5	0	14,37

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE PERNAMBUCO

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo de Universidade		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
10°	Univ. Fed. de Pernambuco (UFPE)	 PE	●		4,02	62,26	7,85	8,95	83,08
42°	Univ. Fed. Rural de Pernambuco (UFRPE)	 PE	●		0,5	54,66	0,18	4,11	59,44
83°	Univ. de Pernambuco (UPE)	 PE	●		0	35,97	4,7	0	40,67
103°	Fund. Univ. Fed. do Vale do São Francisco (Univasf)	 PE	●		0	29,95	0	2,32	32,27
118°	Univ. Católica de Pernambuco (Unicap)	 PE		●	0	22,59	5,25	0	27,84

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DA BAHIA

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo de Universidade		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
14°	Univ. Fed. da Bahia (UFBA)	 BA	●		1,39	61,07	8,83	7,79	79,08
53°	Univ. Est. de Santa Cruz (UESC)	 BA	●		0	49,40	2,43	2,32	54,14
58°	Univ. Est. do Sudoeste da Bahia (UESB)	 BA	●		0	49,26	1,26	1,00	51,52
59°	Univ. Est. de Feira de Santana (UEFS)	 BA	●		0	49,15	2,07	0	51,22
81°	Univ. Fed. do Recôncavo da Bahia (UFRB)	 BA	●		0	40,46	0,48	1,00	41,94
109°	Univ. do Est. da Bahia (Uneb)	 BA	●		0	25,67	4,25	1,00	30,92
111°	Univ. Salvador (Unifacs)	 BA		●	0	25,40	5,04	0	30,44
159°	Univ. Católica do Salvador (UCSal)	 BA		●	0	8,04	5,12	0	13,16

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE MINAS GERAIS

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo de Universidade		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			 Pública	 Privada					
2°	Univ. Fed. de Minas Gerais (UFMG)	 MG			8,11	66,88	9,05	9,79	93,83
19°	Univ. Fed. de Viçosa (UFV)	 MG			2,82	62,45	1,78	9,05	76,11
23°	Univ. Fed. de Lavras (Ufla)	 MG			1,84	60,57	0,29	8,53	71,23
25°	Univ. Fed. de Uberlândia (UFU)	 MG			0,59	59,08	2,62	8,42	70,71
31°	Univ. Fed. de Ouro Preto (UFOP)	 MG			1	55,05	1,66	8,21	65,92
32°	Univ. Fed. de Juiz de Fora (UFJF)	 MG			0,62	55,02	1,97	7,63	65,24
48°	Univ. Fed. de Itajubá (Unifei)	 MG			1	47,99	0,63	6,63	56,25
56°	Univ. Fed. de Alfenas (Unifal-MG)	 MG			0	48,51	0,7	4,11	53,31
60°	Pont. Univ. Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	 MG			0,06	39,94	8,9	1,00	49,89
65°	Univ. Fed. do Triângulo Mineiro (UFTM)	 MG			0	47,09	0	1,00	48,09
72°	Univ. Fed. de São João Del Rei (UFSJ)	 MG			0	41,32	0	3,53	44,84
91°	Univ. Est. de Montes Claros (Unimontes)	 MG			0	33,50	1,41	2,95	37,85
93°	Univ. Fed. Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	 MG			0	37,35	0,47	0	37,82
101°	Univ. de Uberaba (Uniube)	 MG			0	26,95	0,22	6,42	33,59
131°	Univ. José do Rosário Vellano (Unifenas)	 MG			0	22,59	0,73	0	23,32
141°	Univ. Vale do Rio Doce (Univale)	 MG			0	21,29	0	0	21,29
153°	Univ. Fumec (Fumec)	 MG			0	11,45	4,34	0	15,79
164°	Univ. Vale do Rio Verde (UninCor)	 MG			0	11,10	0	0	11,10
165°	Univ. Presidente Antônio Carlos (Unipac)	 MG			0	8,65	2,13	0	10,78
166°	Univ. do Est. de Minas Gerais (UEMG)	 MG			0	9,00	1,72	0	10,72
168°	Univ. de Itaúna (UI)	 MG			0	8,36	1,08	1,00	10,44
174°	Univ. do Vale do Sapucaí (Univás)	 MG			0	8,73	0,3	0	9,03

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO PARANÁ

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
7°	Univ. Fed. do Paraná (UFPR)	 PR	●	3,53	63,68	9,03	9,47	85,71
20°	Univ. Est. de Maringá (UEM)	 PR	●	1,65	60,59	4,83	8,63	75,71
27°	Univ. Est. de Londrina (UEL)	 PR	●	0,27	56,03	5,73	7,89	69,92
34°	Pont. Univ. Católica do Paraná (PUCPR)	 PR	●	0	49,32	7,74	7,00	64,06
52°	Univ. Est. de Ponta Grossa (UEPG)	 PR	●	0	50,51	2,92	1,00	54,43
57°	Univ. Est. do Oeste do Paraná (Unioeste)	 PR	●	0	44,72	3,42	4,58	52,72
71°	Univ. Tecnológica Fed. do Paraná (UTFPR)	 PR	●	0,5	37,20	0,53	6,63	44,87
82°	Univ. Est. do Centro-Oeste (Unicentro)	 PR	●	0	33,41	1,94	5,84	41,19
115°	Univ. Norte do Paraná (Unopar)	 PR	●	0	19,84	4,65	4,11	28,60
116°	Univ. Positivo (UP)	 PR	●	0	23,83	4,37	0	28,19
137°	Univ. Tuiuti do Paraná (UTP)	 PR	●	0	16,62	2,8	2,95	22,36
138°	Univ. Paranaense (Unipar)	 PR	●	0	19,58	2,66	0	22,25
175°	Univ. Est. do Norte do Paraná (UENP)	 PR	●	0	7,69	1,23	0	8,92
180°	Univ. Fed. da Int. Latino-Americana (Unila)	 PR	●	0	6,26	0	0	6,26

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE GOIÁS

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
24°	Univ. Fed. de Goiás (UFG)	 GO	●	0,5	58,20	6,18	5,84	70,72
119°	Pont. Univ. Católica de Goiás (PUC Goiás)	 GO	●	0	22,97	4,43	0	27,40
136°	Univ. Est. de Goiás (UEG)	 GO	●	0	20,77	1,62	0	22,39
149°	Univ. de Rio Verde (Fesurv)	 GO	●	0	17,60	0	0	17,60

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (10), QUALIDADE DE PESQUISA (70), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo de instituição		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
5°	Univ. Fed. do Rio Grd. do Sul (UFRGS)	 RS	●		7,58	66,91	8,1	9,58	92,17
17°	Pont. Univ. Católica do Rio Grd. do Sul (PUCRS)	 RS		●	1,48	58,21	8,44	9,16	77,29
21°	Univ. Fed. de Santa Maria (UFSM)	 RS	●		3,09	62,83	2,09	7,00	75,01
29°	Univ. Fed. de Pelotas (UFPeI)	 RS	●		1,91	59,98	1,35	5,00	68,24
39°	Univ. de Caxias do Sul (UCS)	 RS		●	0	48,38	4,53	8,05	60,97
43°	Univ. do Vale do Rio Dos Sinos (Unisinos)	 RS		●	0,33	46,67	6,69	5,58	59,27
44°	Univ. Fed. do Rio Grd. (Furg)	 RS	●		1,24	52,73	1,62	3,53	59,12
63°	Univ. Luterana do Brasil (Ulbra)	 RS		●	0	41,19	4,7	2,95	48,84
66°	Fund. Univ. Fed. de Cienc. da Saúde de P. Alegre (UFCSIPA)	 RS	●		0	47,82	0	0	47,82
77°	Fund. Univ. Fed. do Pampa (Unipampa)	 RS	●		0	43,45	0	0	43,45
80°	Univ. de Passo Fundo (UPF)	 RS		●	0,33	40,20	0,81	1,00	42,33
85°	Univ. Católica de Pelotas (UCPel)	 RS		●	0	39,24	0,81	0	40,05
87°	Univ. Reg. Int. do Alto Uruguai e das Missões (URI)	 RS		●	0	37,09	0	2,32	39,40
102°	Univ. Est. do Rio Grd. do Sul (Uergs)	 RS	●		0	32,48	0	0	32,48
106°	Univ. Feevale (Feevale)	 RS		●	0	29,06	1,85	1,00	31,91
114°	Univ. de Santa Cruz do Sul (Unisc)	 RS		●	0	24,52	0,91	3,53	28,96
126°	Univ. Reg. do Noroeste do Est. do Rio Grd. do Sul (Unijuí)	 RS		●	0	24,21	0,97	0	25,18
173°	Univ. de Cruz Alta (Unicruz)	 RS		●	0	8,87	0,18	0	9,05
189°	Univ. da Região da Campanha (Urcamp)	 RS		●	0	0,66	0	0	0,66

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE SÃO PAULO

Ranking 2012	Nome da universidade	UF			Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
1°	Univ. de São Paulo (USP)	SP	●		68,86	9,89	9,89	9,89	98,53
2°	Univ. Est. de Campinas (Unicamp)	SP	●		63,83	9,79	4,59	10,00	88,21
6°	Univ. Est. Pta. Júlio de Mesquita Filho (Unesp)	SP	●		45,03	9,53	7,01	9,37	70,94
11°	Univ. Fed. de São Carlos (UFSCar)	SP	●		30,12	9,38	2,33	8,84	50,68
14°	Univ. Fed. de São Paulo (Unifesp)	SP	●		18,59	9,66	4,04	8,32	40,61
27°	Pont. Univ. Católica de São Paulo (PUC-SP)	SP	●		10,34	5,20	8,53	0	24,07
29°	Univ. Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie)	SP	●		3,06	6,60	7,95	6,05	23,66
59°	Univ. de Ribeirão Preto (Unaerp)	SP	●		0	5,97	2,71	4,58	13,25
61°	Univ. de Franca (Unifran)	SP	●		0	5,75	1,06	5,00	11,81
64°	Fund. Univ. Fed. do ABC (UFABC)	SP	●		2,89	8,76	0	0	11,65
68°	Univ. Nove de Julho (Uninove)	SP	●		0	3,08	2,21	5,32	10,60
70°	Univ. Paulista (Unip)	SP	●		0	2,29	8,19	0	10,48
71°	Univ. Metodista de São Paulo (Umesp)	SP	●		0	4,54	3,36	2,32	10,21
72°	Pont. Univ. Católica de Campinas (PUC-Campinas)	SP	●		0	4,84	5,17	0	10,00
83°	Univ. de Mogi das Cruzes (UMC)	SP	●		0	5,05	0,51	3,53	9,09
86°	Univ. São Francisco (USF)	SP	●		0	6,66	1,15	1,00	8,81
87°	Univ. do Vale do Paraíba (Univap)	SP	●		0	7,43	1,37	0	8,80
100°	Univ. Guarulhos (UNG)	SP	●		0	4,87	1,63	1,00	7,50
102°	Univ. de Marília (Unimar)	SP	●		0	2,09	0,81	4,58	7,49
106°	Univ. Bandeirante de São Paulo (Uniban)	SP	●		0	2,71	0,97	3,53	7,21
115°	Univ. Metodista de Piracicaba (Unimep)	SP	●		0	4,66	1,66	0	6,32
119°	Univ. Anhembi Morumbi (UAM)	SP	●		0	1,11	2,69	2,32	6,11
122°	Univ. Cruzeiro do Sul (Unicsul)	SP	●		0	5,62	0,25	0	5,87
127°	Univ. do Sagrado Coração (USC)	SP	●		0	5,09	0,55	0	5,64
130°	Univ. São Judas Tadeu (USJT)	SP	●		0	2,90	2,61	0	5,52
131°	Univ. de Taubaté (Unitau)	SP	●		0	4,79	0,72	0	5,51
134°	Univ. de Santo Amaro (Unisa)	SP	●		0	3,58	1,75	0	5,34
142°	Univ. de Sorocaba (Uniso)	SP	●		0	1,93	2,42	0	4,35
143°	Univ. Ibirapuera (Unib)	SP	●		0	2,86	0,23	1,00	4,09
148°	Univ. do Oeste Paulista (Unoeste)	SP	●		0	3,80	0,07	0	3,87
156°	Univ. Católica de Santos (Unisantos)	SP	●		0	2,61	0,45	0	3,06
160°	Univ. Camilo Castelo Branco (Unicastelo)	SP	●		0	2,63	0,07	0	2,70
163°	Univ. Santa Cecília (Unisanta)	SP	●		0	2,17	0,33	0	2,51
167°	Univ. Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	SP	●		0	1,29	1,1	0	2,39
169°	Univ. Braz Cubas (UBC)	SP	●		0	2,30	0	0	2,30
171°	Univ. Cidade de São Paulo (Unicid)	SP	●		0	2,14	0,07	0	2,21
174°	Univ. Metropolitana de Santos (Unimes)	SP	●		0	1,47	0,25	0	1,72
181°	Univ. do Grd. ABC (UniABC)	SP	●		0	1,08	0,35	0	1,43
184°	Univ. São Marcos (USM)	SP	●		0	0,52	0,39	0	0,92

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
4°	Univ. Fed. do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	●	56,96	9,64	8,42	9,68	84,71
12°	Pont. Univ. Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	RJ	●	22,84	8,53	6,81	7,63	45,81
13°	Univ. do Est. do Rio de Janeiro (Uerj)	RJ	●	19,64	8,97	7,72	6,63	42,97
17°	Univ. Fed. Fluminense (UFF)	RJ	●	15,52	8,79	6,92	7,47	38,70
51°	Univ. Est. do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Unenf)	RJ	●	0	8,50	0	7,16	15,66
53°	Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	RJ	●	3,5	7,71	1,42	2,95	15,58
73°	Univ. Fed. do Est. do Rio de Janeiro (Unirio)	RJ	●	1,46	6,07	2,43	0	9,96
92°	Univ. Estácio de Sá (Unesa)	RJ	●	0	4,34	3,7	0	8,04
104°	Univ. Gama Filho (UGF)	RJ	●	1,86	4,32	1,1	0	7,27
146°	Univ. Santa Úrsula (USU)	RJ	●	0	3,85	0,05	0	3,90
147°	Univ. Salgado de Oliveira (Universo)	RJ	●	0	1,49	2,39	0	3,88
149°	Univ. do Grd. Rio Prof. José de Souza Herdy (Unigranrio)	RJ	●	0	2,87	0,85	0	3,73
152°	Univ. Veiga de Almeida (UVA)	RJ	●	0	2,39	1,2	0	3,58
164°	Univ. Cândido Mendes (Ucam)	RJ	●	0	1,05	1,45	0	2,50
166°	Univ. Castelo Branco (UCB)	RJ	●	0	1,85	0,64	0	2,49
179°	Univ. Severino Sombra (USS)	RJ	●	0	1,38	0,07	0	1,45
183°	Univ. Iguaçú (Unig)	RJ	●	0	0,92	0,39	0	1,31
186°	Univ. Católica de Petrópolis (UCP)	RJ	●	0	0,63	0	0	0,63

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – DISTRITO FEDERAL

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
7°	Univ. de Brasília (UnB)	DF	●	33,95	9,15	6,98	8,74	58,82
43°	Univ. Católica de Brasília (UCB)	DF	●	0	7,04	5,71	5,58	18,33

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO AMAZONAS

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
42°	Univ. Fed. do Amazonas (Ufam)	 AM	●	0	6,67	4,69	7,26	18,62
109°	Univ. do Est. do Amazonas (UEA)	 AM	●	0	3,96	2,99	0	6,94
161°	Univ. Nilton Lins (Uninilton Lins)	 AM	●	0	1,67	0,94	0	2,61

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO PARÁ

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
21°	Univ. Fed. do Pará (UFPA)	 PA	●	10,96	7,78	5,98	8,05	32,77
101°	Univ. da Amazônia (Unama)	 PA	●	0	2,09	5,4	0	7,49
103°	Univ. do Est. do Pará (Uepa)	 PA	●	0	2,63	3,65	1,00	7,28
128°	Univ. Fed. Rural da Amazônia (Ufra)	 PA	●	0	5,44	0,1	0	5,53
175°	Univ. Fed. do Oeste do Pará (Ufopa)	 PA	●	0	0,60	1,06	0	1,66

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO CEARÁ

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
24°	Univ. Fed. do Ceará (UFC)	 CE	●	8,07	9,04	5,56	6,26	28,93
55°	Univ. de Fortaleza (Unifor)	 CE	●	0	4,78	4,98	5,32	15,08
57°	Univ. Est. do Ceará (Uece)	 CE	●	0	6,53	4,31	3,53	14,37
137°	Univ. Reg. do Cariri (Urca)	 CE	●	0	4,08	0,71	0	4,80
154°	Univ. Est. do Vale do Acaraú (UVA)	 CE	●	0	1,84	1,5	0	3,34

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE PERNAMBUCO

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo de Universidade		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
9°	Univ. Fed. de Pernambuco (UFPE)	 PE	●		28,17	8,89	7,85	8,95	53,86
52°	Univ. Fed. Rural de Pernambuco (UFRPE)	 PE	●		3,5	7,81	0,18	4,11	15,59
78°	Univ. de Pernambuco (UPE)	 PE	●		0	5,14	4,7	0	9,84
89°	Univ. Católica de Pernambuco (Unicap)	 PE		●	0	3,23	5,25	0	8,48
113°	Fund. Univ. Fed. do Vale do São Francisco (Univasf)	 PE	●		0	4,28	0	2,32	6,59

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DA BAHIA

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo de Universidade		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
19°	Univ. Fed. da Bahia (UFBA)	 BA	●		9,74	8,72	8,83	7,79	35,08
62°	Univ. Est. de Santa Cruz (UESC)	 BA	●		0	7,06	2,43	2,32	11,80
80°	Univ. Est. do Sudoeste da Bahia (UESB)	 BA	●		0	7,04	1,26	1,00	9,29
82°	Univ. Est. de Feira de Santana (UEFS)	 BA	●		0	7,02	2,07	0	9,09
85°	Univ. do Est. da Bahia (Uneb)	 BA	●		0	3,67	4,25	1,00	8,91
88°	Univ. Salvador (Unifacs)	 BA		●	0	3,63	5,04	0	8,67
105°	Univ. Fed. do Recôncavo da Bahia (UFRB)	 BA	●		0	5,78	0,48	1,00	7,26
117°	Univ. Católica do Salvador (UCSal)	 BA		●	0	1,15	5,12	0	6,27

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE MINAS GERAIS

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	● Pública ● Privada	Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
3°	Univ. Fed. de Minas Gerais (UFMG)	MG	●	56,74	9,55	9,05	9,79	85,13
16°	Univ. Fed. de Viçosa (UFV)	MG	●	19,77	8,92	1,78	9,05	39,52
23°	Univ. Fed. de Lavras (Ufla)	MG	●	12,9	8,65	0,29	8,53	30,37
26°	Univ. Fed. de Ouro Preto (UFOP)	MG	●	7,03	7,86	1,66	8,21	24,77
30°	Univ. Fed. de Uberlândia (UFU)	MG	●	4,14	8,44	2,62	8,42	23,62
32°	Univ. Fed. de Juiz de Fora (UFJF)	MG	●	4,33	7,86	1,97	7,63	21,79
37°	Univ. Fed. de Itajubá (Unifei)	MG	●	7,03	6,86	0,63	6,63	21,15
48°	Pont. Univ. Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	MG	●	0,4	5,71	8,9	1,00	16,00
63°	Univ. Fed. de Alfenas (Unifal-MG)	MG	●	0	6,93	0,7	4,11	11,73
69°	Univ. de Uberaba (Uniuibe)	MG	●	0	3,85	0,22	6,42	10,49
79°	Univ. Fed. de São João Del Rei (UFSJ)	MG	●	0	5,90	0	3,53	9,43
81°	Univ. Est. de Montes Claros (Unimontes)	MG	●	0	4,79	1,41	2,95	9,14
97°	Univ. Fed. do Triângulo Mineiro (UFTM)	MG	●	0	6,73	0	1,00	7,73
120°	Univ. Fumec (Fumec)	MG	●	0	1,64	4,34	0	5,98
123°	Univ. Fed. Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	MG	●	0	5,34	0,47	0	5,80
145°	Univ. José do Rosário Vellano (Unifenas)	MG	●	0	3,23	0,73	0	3,96
153°	Univ. Presidente Antônio Carlos (Unipac)	MG	●	0	1,24	2,13	0	3,36
155°	Univ. de Itaúna (UI)	MG	●	0	1,19	1,08	1,00	3,28
157°	Univ. Vale do Rio Doce (Univale)	MG	●	0	3,04	0	0	3,04
158°	Univ. do Est. de Minas Gerais (UEMG)	MG	●	0	1,29	1,72	0	3,00
176°	Univ. Vale do Rio Verde (UninCor)	MG	●	0	1,59	0	0	1,59
178°	Univ. do Vale do Sapucaí (Univás)	MG	●	0	1,25	0,3	0	1,55

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO PARANÁ

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			 Pública	 Privada					
10°	Univ. Fed. do Paraná (UFPR)	 PR			24,7	9,10	9,03	9,47	52,31
20°	Univ. Est. de Maringá (UEM)	 PR			11,57	8,66	4,83	8,63	33,69
31°	Univ. Est. de Londrina (UEL)	 PR			1,86	8,00	5,73	7,89	23,49
33°	Pont. Univ. Católica do Paraná (PUCPR)	 PR			0	7,05	7,74	7,00	21,79
49°	Univ. Tecnológica Fed. do Paraná (UTFPR)	 PR			3,5	5,31	0,53	6,63	15,98
56°	Univ. Est. do Oeste do Paraná (Unioeste)	 PR			0	6,39	3,42	4,58	14,39
60°	Univ. Est. do Centro-Oeste (Unicentro)	 PR			0	4,77	1,94	5,84	12,56
65°	Univ. Norte do Paraná (Unopar)	 PR			0	2,83	4,65	4,11	11,59
67°	Univ. Est. de Ponta Grossa (UEPG)	 PR			0	7,22	2,92	1,00	11,14
91°	Univ. Tuiuti do Paraná (UTP)	 PR			0	2,37	2,8	2,95	8,12
96°	Univ. Positivo (JP)	 PR			0	3,40	4,37	0	7,77
132°	Univ. Paranaense (Unipar)	 PR			0	2,80	2,66	0	5,46
168°	Univ. Est. do Norte do Paraná (UENP)	 PR			0	1,10	1,23	0	2,33
185°	Univ. Fed. da Int. Latino-Americana (Unila)	 PR			0	0,89	0	0	0,89

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DE GOIÁS

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			 Pública	 Privada					
28°	Univ. Fed. de Goiás (UFG)	 GO			3,5	8,31	6,18	5,84	23,83
98°	Pont. Univ. Católica de Goiás (PUC Goiás)	 GO			0	3,28	4,43	0	7,72
139°	Univ. Est. de Goiás (UEG)	 GO			0	2,97	1,62	0	4,59
162°	Univ. de Rio Verde (Fesurv)	 GO			0	2,51	0	0	2,51

Fonte: Folha de S.Paulo.

RANKING QUALIDADE DE ENSINO (70), QUALIDADE DE PESQUISA (10), AVALIAÇÃO DO MERCADO (10) E INDICADOR DE INOVAÇÃO (10) – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ranking 2012	Nome da universidade	UF	Tipo de Universidade		Qualidade de ensino	Qualidade de pesquisa	Avaliação do mercado	Indicador de inovação	Nota total
			● Pública	● Privada					
5°	Univ. Fed. do Rio Grd. do Sul (UFRGS)	 RS	●		53,08	9,56	8,1	9,58	80,32
15°	Univ. Fed. de Santa Maria (UFSM)	 RS	●		21,62	8,98	2,09	7,00	39,69
18°	Pont. Univ. Católica do Rio Grd. do Sul (PUCRS)	 RS	●		10,34	8,32	8,44	9,16	36,25
25°	Univ. Fed. de Pelotas (UFPEL)	 RS	●		13,38	8,57	1,35	5,00	28,30
35°	Univ. Fed. do Rio Grd. (Furg)	 RS	●		8,7	7,53	1,62	3,53	21,38
36°	Univ. do Vale do Rio Dos Sinos (Unisinos)	 RS	●		2,31	6,67	6,69	5,58	21,25
41°	Univ. de Caxias do Sul (UCS)	 RS	●		0	6,91	4,53	8,05	19,50
58°	Univ. Luterana do Brasil (Ulbra)	 RS	●		0	5,88	4,7	2,95	13,53
77°	Univ. de Passo Fundo (UPF)	 RS	●		2,31	5,74	0,81	1,00	9,86
94°	Univ. de Santa Cruz do Sul (Unisc)	 RS	●		0	3,50	0,91	3,53	7,94
99°	Univ. Reg. Int. do Alto Uruguai e das Missões (URI)	 RS	●		0	5,30	0	2,32	7,61
108°	Univ. Feevale (Feevale)	 RS	●		0	4,15	1,85	1,00	7,00
111°	Fund. Univ. Fed. de Cienc. da Saúde de P. Alegre (UFCSA)	 RS	●		0	6,83	0	0	6,83
114°	Univ. Católica de Pelotas (UCPel)	 RS	●		0	5,61	0,81	0	6,41
118°	Fund. Univ. Fed. do Pampa (Unipampa)	 RS	●		0	6,21	0	0	6,21
138°	Univ. Est. do Rio Grd. do Sul (Uergs)	 RS	●		0	4,64	0	0	4,64
141°	Univ. Reg. do Noroeste do Est. do Rio Grd. do Sul (Unijuí)	 RS	●		0	3,46	0,97	0	4,42
180°	Univ. de Cruz Alta (Unicruz)	 RS	●		0	1,27	0,18	0	1,45
189°	Univ. da Região da Campanha (Urcamp)	 RS	●		0	0,09	0	0	0,09

Fonte: Folha de S.Paulo.